



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
CURSO DE LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA

Relações de Género e Violência Doméstica: um estudo do caso sobre a Violência Doméstica
contra Mulheres Financeiramente Independentes

Autora:
Mildrete Augusta Viegas

Supervisor:
Baltazar Muianga, PhD.

Maputo, Agosto, 2025

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

CURSO DE LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA

Relações de Género e Violência Doméstica: um estudo do caso sobre a Violência Doméstica contra Mulheres Financeiramente Independentes.

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane.

Autora:

Mildrete Augusta Viegas

Supervisor:

Professor Doutor Baltazar Muianga

O Júri

O supervisor

O(A) presidente

O(A) oponente

Maputo, aos _____ de _____ de 2025

Índice

Declaração de Honra	i
Dedicatória	ii
Agradecimentos.....	iii
Epígrafe.....	iv
Resumo.....	v
Abstract.....	vi
Introdução	1
Capítulo I Revisão da Literatura	6
1.1. A violência doméstica como resultado dos papéis sociais de um modelo de organização patriarcal.....	6
1.2. Violência doméstica associada a estabilidade financeira da Mulher	9
1.2.1. Problema de pesquisa.....	11
2.2. Hipóteses de trabalho	12
Capítulo II Enquadramento teórico	13
1.1. Enquadramento conceptual.	15
1.3. Violência doméstica.	15
1.4. Relações de género	16
Capítulo III Metodologia	18
3.1. Abordagem do estudo.	18
3.2. Método de abordagem.....	18
3.3. Técnicas de recolha de dados.	19
3.4. Universo e amostra da pesquisa.	20
3.5. Técnica de análise de dados	22
3.6. Validade e fiabilidade.	22
3.7. Questões éticas.....	23
3.8. Descrição do Perfil de mulher casada no contexto Moçambicano.....	24
3.9. Constrangimentos do estudo e formas de superação	25
Capítulo IV Análise e interpretação de dados	27
4.1. Perfil sociodemográfico	27
4.2. Percepções Das Mulheres Sobre a Violência Doméstica Contra Mulheres Financeiramente independentes.....	28
4.2.1. Violência Doméstica como algo inerente ao casamento e à força física dos homens.....	28
4.2.2. Violência Doméstica como algo anormal e inerente ao ambiente de educação do indivíduo.....	30
4.2.3. Fatores que contribuem para a prática da violência doméstica contra a mulher	36
4.2.4. Nível Académico <i>versus</i> percepção da violência.....	39
4.3. Estratégias de Resistencia e Defesa de mulheres vítimas de violência.	41
4.3.1. Estratégias Silenciosas ou Passivas.....	42
4.3.2. Estratégias de Apoio Social	43
4.3.3. Estratégias de Autonomia e Ruptura	44
4.4. O Papel das Normas Sociais e do Status de Mulher Casada na Permanência em Relações Abusivas.	47
Conclusão	51
Guião de entrevista	53
Referência Bibliográfica	55

Declaração de Honra

Eu, Mildrete Augusta Viegas, estudante do curso de Licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, declaro por minha honra que o presente trabalho de fim do curso nunca foi apresentado na sua essência para a obtenção de qualquer grau académico e ele constitui o resultado da minha pesquisa individual feita com base nas fontes mencionadas na bibliografia e método descrito no texto.

Maputo, Agosto de 2025

(Mildrete Augusta Viegas)

Dedicatória

Em primeiro dedico este trabalho à minha filha Awha Mildrety por ser a razão da minha vida e o motivo de minha persistência para chegar até aqui. Em seguida dedico a minha mãe Maria Inês Maxaiei (em memória) por tudo que só nós duas sabemos e em especial dedico a minha irmã mais nova, a Cintia Dombola a quem desejo que olhe para mim como exemplo de superação e que um dia seja muito feliz no seu lar.

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a Deus pai todo poderoso pelo dom da vida e por minha saúde, força e discernimento. Em segundo lugar agradeço a mim mesma por acreditar em mim e nunca desistir dos meus sonhos, obrigada (Mildrete Viegas) pela coragem.

O meu especial agradecimento vai ao meu parceiro Cláudio Cossa pela paciência, dedicação e força durante todo processo deste estudo e de igual modo agradeço a minha filha Awha Mildrety pelo carinho, e embora tão novinha encheu-me de mensagens motivadoras e de esperança durante todo este processo e sinceramente sem esta criança acho que já não estaria aqui, obrigada minha filha por seres minha filha. Agradeço ainda aos meus tios (Victor Maxaieie e sua esposa Anabela Muianga) pela educação junto a minha avó Inês e por fim ao meu "mano" Egas, por tudo vai o meu profundo obrigado.

Ao meu supervisor, PhD Baltazar Muianga vai o meu maior agradecimento por ter aceite trabalhar comigo nesta temática da violência doméstica contra mulheres financeiramente independentes, pela motivação, pelos ensinamentos e paciência desde a concepção do projecto até a monografia. Agradeço a Universidade Eduardo Mondlane pela oportunidade que me concedeu de poder me formar no curso de sociologia, ao Departamento de Sociologia e ao corpo docente pelos ensinamentos partilhados ao longo dos quatro (04) anos da minha formação, em especial ao Dr. Maurício pela paciência, Dr. Baloi pelo senso crítico e ao Dr. Nipassa por sua metodologia de ensino (well done).

A cada uma das mulheres que participaram da investigação e tornaram possível a concretização deste projecto, expresso minha profunda gratidão. Agradeço pelo tempo e pela disposição em contribuir com a pesquisa, sendo que algumas mesmo sem me conhecerem, aceitaram partilhar suas experiências sobre um tema bastante complexo.

A todos meus colegas do curso, pelas contribuições que me foram dando, em algumas fases da elaboração do trabalho, em especial a Camila Perreira, Saquina Macie e Fleta Nhatumbo pela colaboração e estudo conjunto durante a formação. Aos meus Amigos e colegas de profissão Nélio Chilaúle e César Nhatumbo, pelo apoio moral e constante palavra de incentivo nos momentos mais difíceis deste processo.

O meu mais profundo *Khanimambo!*

Epígrafe

"como se fosse pouco agredir as mulheres, ainda as culpam por
Qualquer agressão que sofrem".

Stélia Mavie

"Se um homem for pego sequestrando um dos seus irmãos,
tratando o como escravo ou vendendo o, o sequestrador terá que
morrer. Eliminem o mal do meio de vocês"

Deuteronômios 24:7

Resumo

O presente trabalho analisa a persistência da violência doméstica contra mulheres financeiramente independentes, questionando a ideia de que a autonomia econômica é suficiente para romper com relações abusivas. A pesquisa baseia-se nas teorias de construção social da realidade de Berger e Luckman (1978) e na teoria dos papéis de gênero de Judith Butler (2018), procurando compreender como o sistema patriarcal molda a percepção e a reação das mulheres à violência. Foram utilizados métodos qualitativos, com entrevistas a mulheres que vivenciaram situações de violência doméstica. Os resultados revelam que, apesar da independência financeira, fatores como normas sociais, pressão familiar, estigma, medo e vínculos emocionais ainda influenciam a permanência dessas mulheres em relações abusivas. A nossa amostra é composta por 11 mulheres financeiramente independentes e maiores de 30 anos que já sofreram violência por parte dos parceiros. Do estudo, constatou-se que apesar da autonomia financeira, as mulheres permanecem em relações conjugais abusivas mantendo o status de Mulher casada devido à pressão social exercida por normas culturais, religiosas ou familiares que valorizam a manutenção da união conjugal e desvalorizam o divórcio ou a separação. Assim, mesmo que a independência financeira seja importante, ela não é suficiente para romper com ciclos de violência doméstica. As normas sociais, os papéis de gênero enraizados e a estrutura patriarcal continuam a colocar as mulheres numa posição de vulnerabilidade. É fundamental promover uma mudança cultural, reforçar mecanismos de proteção e incentivar a denúncia como forma de empoderamento. O combate à violência exige, portanto, mais do que autonomia econômica e sim uma transformação social.

Palavras-Chave: *Violência Doméstica; Relações de Gênero, Poder.*

Abstract

This study analyzes the persistence of domestic violence against financially independent women, questioning the idea that economic autonomy is sufficient to break free from abusive relationships. The research is based on Berger and Luckmann's (1978) social construction of reality theory and Judith Butler's (2018) gender roles theory, seeking to understand how the patriarchal system shapes women's perception and response to violence. Qualitative methods were used, including interviews with women who have experienced domestic violence. The sample consists of 11 financially independent women over 30 years old who have suffered violence from their partners. The results reveal that despite financial independence, factors such as social norms, family pressure, stigma, fear, and emotional ties still influence these women's persistence in abusive relationships. It was found that even with financial autonomy, women remain in abusive marital relationships, maintaining the status of "married woman" due to social pressure exerted by cultural, religious, and family norms that value the maintenance of the marital union and devalue divorce or separation. Thus, financial independence, although important, is not sufficient to break the cycle of domestic violence. Social norms, ingrained gender roles, and the patriarchal structure continue to place women in a vulnerable position.

It is concluded that promoting cultural change, strengthening protection mechanisms, and encouraging reporting as a form of empowerment are fundamental. Combating violence therefore requires more than economic autonomy, it requires social transformation.

Keywords: *Domestic Violence; Gender Relations; Power.*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema Relações de Género e Violência Doméstica: um estudo do caso sobre a Violência Doméstica contra Mulheres Financeiramente Independentes.

Este estudo, busca compreender as razões que levam mulheres financeiramente independentes a permanecerem em relacionamentos abusivos, levando em consideração o papel das normas sociais, familiares e culturais, como objetivo geral. Os objetivos específicos são: descrever o perfil sociodemográfico; identificar as percepções sobre violência doméstica para as mulheres financeiramente independentes, identificar estratégias de resistência e de defesa em relação à violência que sofrem e compreender como o Status de mulher casada influencia a permanência de mulheres financeiramente independentes em relações abusivas.

O trabalho é baseado nas teorias de construção da realidade social de Berger e Luckmann (1978) e papéis de género de Judith Butler (2018). Através dessa combinação teórica procuramos compreender como os papéis de género atribuídos a mulher e homem pela sociedade patriarcal moldam a percepção e reação a violência por parte das mulheres que sofrem a mesma embora financeiramente independentes.

Outras formas de ver o fenómeno foram também surgindo dentro do espectro da mulher como vítima, uma em particular que data há pouco mais de uma década, o de Ubbise (2009) que estuda as razões da permanência da mulher financeiramente independente em relacionamentos abusivos, embora esta pesquisa toque no nosso objeto ela acaba se cingindo a aspectos estruturais e não as vivências das mulheres para compreender o fenómeno, é neste contexto que surge a nossa pesquisa. Para além de que passou muito tempo desde a pesquisa e as formas de definir e até perceber a violência doméstica mudaram daí que a nossa pesquisa surge e torna-se necessária para a investigação sociológica.

Em termos de delimitação, a pesquisa foi realizada na cidade de Maputo em diferentes bairros. A escolha deste local para a pesquisa encontra fundamento na medida em que a

cidade de Maputo abriga uma grande diversidade de habitantes, incluindo uma significativa população de mulheres financeiramente estáveis que estão inseridas em diversos sectores profissionais. Este ambiente urbano oferece um contexto único para examinar como a violência doméstica afeta mulheres que, aparentemente, possuem os recursos necessários para buscar ajuda e proteção. A pesquisa pode explorar como a estabilidade financeira influencia as dinâmicas de poder dentro do lar e as estratégias utilizadas para enfrentar a violência.

A sociedade civil Moçambicana consciente da realidade trazida pela violência doméstica, conjuntamente envidaram esforços para que oficialmente a violência doméstica fosse combatida. Foi assim que foi apresentada e discutida a Lei 29/2009. A elaboração da proposta de Lei contra a violência doméstica foi baseada nos princípios defendidos na Constituição da República de Moçambique e na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Tanto a Constituição da República assim como a Declaração Universal dos Direitos Humanos defende o princípio de igualdade de direitos entre os homens e as mulheres (Muendane, 2012).

Posteriormente, a aprovação da lei, os debates sobre este fenómeno aumentaram em Moçambique, com diferentes abordagens, mas todas com um denominador comum, a mulher era a vítima e o homem perpetrador. E as primeiras abordagens baseavam-se na organização social, o patriarcado, para explicar a violência contra a mulher. A entrada dos anos 2010 começou a procurar novas abordagens, desde as que estudavam porque as mulheres financeiramente independentes permaneciam em relacionamentos abusivos já que uma das justificativas era a dependência económica, até as que procuravam as causas da quebra da passividade da mulher que passou em algum momento a responder a violência doméstica (Ubisse, 2009; Muendane, 2012).

Os esforços do movimento internacional de mulheres, na área dos direitos humanos, foram vitais para o reconhecimento de que a violência contra as mulheres é um assunto dos direitos humanos. Destaca-se, neste percurso, a Conferência de Viena, em 1993 (e posteriormente a de Viena + 5, realizada em Outubro de 1998). Aqui pela primeira vez reconheceram-se os direitos humanos das mulheres como parte integrante dos direitos fundamentais e, conseqüentemente, a violência que sobre elas se exerce, como uma violação dos seus direitos humanos (Mejia et al. , 2004).

O estudo da violência doméstica em Moçambique remonta há mais ou menos vinte anos, e vem acompanhado de diferentes movimentos e legislação. A literatura revisada mostra grande abundância de estudos de género ao redor do mundo, em diferentes vertentes apostando em metodologias e teorias diferentes (Ubisse, 2009).

No entanto, quando se trata da relação entre independência financeira e violência doméstica registamos pouca produção científica o que nos instigou a embarcar nesse empreendimento.

Ademais, apesar da abundante matéria produzida sobre a violência doméstica, grosso modo incide sobre as causas e consequências do fenómeno, havendo uma lacuna sobre alguns condicionalismos que, no papel, tornariam as mulheres menos propensas a violência doméstica como a independência financeira.

Em Moçambique, a violência contra as mulheres tornou-se recentemente alvo de discussão pública, e foi fortemente influenciada pelo assunto na esfera internacional, ganhando peso com a assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), da Declaração Sobre a Eliminação de Violência Contra a Mulher (1994) e da ratificação da CEDAW através da resolução 04/93 de 02 de Junho (Fórum Mulher e Centro de Estudos Africanos, 2001).

Para além da ratificação das convenções acima mencionadas, Moçambique assinou a Declaração sobre Género e Desenvolvimento dos chefes de Estado da SADC, em 1997, que reconhece a equidade de género como um direito humano e exige o fortalecimento das medidas para a sua implementação e monitoria. Subscreveu também a Carta Africana dos Direitos dos Povos e da Mulher (Mejia et al., 2004).

Já em 2010 propôs-se uma nova lei, a Lei n.º 4/2010 - Lei da Família. A Lei da Família tem implicações no combate à violência doméstica, pois regula as relações familiares e o direito dos cônjuges, cuidando da proteção dos direitos da mulher e dos filhos no contexto familiar.

O - Artigo 48.º – Refere-se à proteção dos membros da família, incluindo a mulher e as crianças, contra abusos e violência.

A importância deste estudo reside na necessidade de desmistificar a ideia de que a estabilidade financeira é um escudo contra a violência doméstica e de destacar a necessidade de políticas públicas e estratégias de intervenção que considerem as peculiaridades dessas mulheres. Entender como a violência se manifesta em diferentes Contextos socioeconômicos é crucial para o desenvolvimento de abordagens mais eficazes de prevenção e suporte.

Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa é relevante na medida em que contribui para o avanço do conhecimento sobre a violência doméstica, especificamente em relação às mulheres financeiramente estáveis, um grupo muitas vezes negligenciado nas pesquisas. A maioria dos estudos sobre violência doméstica tende a focar-se em mulheres economicamente vulneráveis, criando uma lacuna significativa na literatura sobre as experiências das mulheres financeiramente estáveis. Ao abordar essa lacuna, este estudo contribuirá para uma compreensão mais abrangente e detalhada do fenômeno da violência doméstica, expandindo as fronteiras do conhecimento e oferecendo novas perspectivas teóricas e empíricas.

Por outro lado, a pertinência sociológica encontra-se no facto de que com o estudo da violência doméstica poderemos melhor compreender e fazer uso das teorias sociológicas construtivistas, pois acreditamos que este fenômeno é melhor entendido com base nelas, visto que a realidade é socialmente construída.

No contexto social, a importância deste estudo reside na necessidade de desmistificar percepções errôneas sobre a violência doméstica. Há um preconceito comum de que mulheres financeiramente estáveis não são afetadas por esse tipo de violência ou que possuem mais recursos para escapar dela. Este estudo ajudará a quebrar esses mitos, evidenciando que a violência doméstica pode afetar mulheres de todas as classes sociais e que a estabilidade financeira não necessariamente oferece proteção contra abusos.

No âmbito prático, este estudo tem a potencialidade de influenciar diretamente a formulação de políticas públicas e a criação de programas de apoio mais eficazes. A identificação de barreiras específicas enfrentadas por mulheres financeiramente estáveis na busca por ajuda, bem como das estratégias que elas utilizam para lidar com a violência.

Além disso, os resultados deste estudo podem ser utilizados por organizações não-governamentais e outros atores sociais na promoção de campanhas de sensibilização e prevenção da violência doméstica, que contemplem a diversidade das experiências das vítimas e, assim, contribuam para redução da violência e o suporte integral às mulheres afetadas.

Mais ainda, como mulher me preocupa a condição de vida das outras mulheres e tenho experiência de mulheres conhecidas que tem tudo, mas ainda assim sofrem dos mais demasiados tipos de abusos nas suas relações. Para além de que a violência doméstica, em todas as suas vertentes, é um fenómeno socialmente construído que está sujeito a interpretação e significação por parte dos membros da sociedade. No entanto, esta sociedade está em constante transformação e é interessante acompanhar essas transformações com estudos desse género.

O trabalho encontra-se repartido em quatro secções centrais, a primeira, referente a revisão de literatura, que engloba o levantamento das perspectivas discutidas por estudos anteriores, sobre a violência doméstica, culminando na formulação do problema em função das lacunas das mesmas, e finalizando com a questão de partida, que guiou os capítulos seguintes. Em seguida, na segunda secção, apresentamos o enquadramento teórico e conceptual, que aborda as bases teóricas e os conceitos definidos para a análise dos dados. Na terceira secção, discutimos os aspectos metodológicos, incluindo todos os procedimentos usados para a coleta do material empírico para a escolha e tratamento da população de estudo, e também para a interpretação dos dados.

Na quarta secção, a última, apresentamos o perfil sociodemográfico da nossa amostra, as percepções sobre a violência doméstica, as estratégias de resistência e defesa em relação a violência que as mulheres financeiramente independentes sofrem, compreender de que forma o status social influencia a permanência dessas mulheres em relações abusivas e por fim uma conclusão.

Capítulo I Revisão da Literatura

Neste capítulo apresentamos e discutimos os trabalhos empíricos sobre a violência doméstica. A mesma está dividida em duas secções, a primeira apresenta a violência doméstica como resultado dos papéis sociais e de um modelo de organização social, o patriarcado, que coloca a mulher em posição subalterna ao homem e a mercê deste na sociedade e no relacionamento (Camacho, 2001; Guedes et al. 2007; Stolcke 2003; Muendane 2012 e Daniel, 2019).

A segunda secção apresenta e discute a relação entre a violência doméstica e a estabilidade financeira da mulher. Aqui o argumento é de que quanto mais independente financeiramente a mulher menor é a probabilidade dela se sujeitar a violência doméstica. Contudo, os autores não são unânimes nas conclusões pois mulheres vítimas de violência doméstica e financeiramente independentes também fazem parte das estatísticas por conta da pressão social para manter o lar e ser uma boa dona de casa (Li, 2023; Igirisa e Andriyanto 2024; Rothman, Hathaway e De Vries 2007; Ubisse, 2009).

1.1. A violência doméstica como resultado dos papéis sociais de um modelo de organização patriarcal.

Esta abordagem analisa o fenómeno com base na perspectiva de género que analisa o assunto tendo em conta a construção desigual das identidades masculinas e femininas, com base nas diferenças biológicas ou anatómicas dos sexos, e perpassadas por relações de poder (Camacho, 2001).

Esta perspectiva mostra que a sociedade constrói e define relações sociais entre indivíduos tendo como base os sexos e as diferenças biológicas, a subordinação da mulher em relação ao homem é o ponto fulcral da visão defendida pelos autores. Contudo, segundo Artur e Mejia (cit. por Daniel, 2019) a fraca participação dos casos de violência doméstica é devido a forma como os casos encaminhados são tratados pelas autoridades. Osório et al. (2001), que nas suas análises sobre a violência doméstica contra as mulheres em Moçambique baseiam-se na perspectiva de género e das relações de poder desigual, para as autoras, a violência é uma das formas específicas de exercício do poder exercido sobre a mulher pela sua condição de subordinação construída na ordem andocrática. Nas

suas análises, mostram que a justificação e a persistência do fenómeno da violência em Moçambique encontram sustentação e reflete-se nos valores culturais e na legislação.

Na mesma linha de pensamento, Cabanas (2001) faz uma abordagem de poder nas relações de género, e defende que a violência contra as mulheres é um problema de poder da sociedade patriarcal. Para esta autora, a violência é aprendida na socialização do feminino e do masculino baseadas nas relações de género. A autora identifica a relação de poder entre os géneros como um motor propício e constante da agressão. Afirma e reafirma que a sua causa é estrutural nas sociedades, ou seja, a causa está no próprio sistema ou modelo societário.

Outra análise com base na perspectiva de género, ou seja, na construção histórica das relações sociais entre os sexos conforme Guedes et al. (2007), que olham a violência contra as mulheres como resultante das relações de poder construídas ao longo da história pela desigualdade de género e consolidadas por uma ideologia androcêntrica e sexista. Segundo os autores, esta desigualdade de género é feita através dos papéis sociais específicos referentes a ser mulher e homem, construídos ideologicamente como cultura dentro de uma sociedade.

Nesta construção desigual das relações de género é notória a facilidade com que aspectos de ordem social ganham cariz natural e aceitação por parte dos indivíduos e instituições constituintes da sociedade, pois os papeis de cada, homem e mulher, são aprendidos desde o momento que o indivíduo é trazido ao mundo, sendo a mesma tida como a realidade do mundo. É dentro deste contexto que a “violência se revela como um fator 'natural', comum ao casamento, decorrente do poder outorgado socialmente aos homens cuja naturalização é também incorporada pela mulher” (Guedes et al. 2007).

Arthur (2007) faz uma análise sobre a violência contra as mulheres com base na perspectiva de género. Para a autora, a violência está enraizada na cultura através da construção de identidades desiguais dos indivíduos. A autora advoga que a violência tem um carácter estrutural, fazendo parte da organização da sociedade, suportado por um modelo de dominação masculina e legitimado por um sistema simbólico inerente ao sistema de dominação e por relações de poder. Todo este aparato organizacional

encontra-se inscrito nas instituições, implementado através das normas e da cultura, e ainda estando ancorada e proveniente do próprio sistema.

Tendo está um carácter de intimidação e de controlo, a violência serve para corrigir comportamentos desviantes do esperado, de acordo com o papel social, e para manter o controlo dos indivíduos dentro dos mesmos papéis. Assim, a violência contra as mulheres é apresentada como uma violência com propósitos educativos, porque ensina limites e controla os excessos femininos (Arthur, 2007).

De acordo com Berger e Giffin (2005), “uma ordem social de tradição patriarcal por muito tempo 'consentiu' num certo padrão de violência contra mulheres, designando ao homem o papel 'ativo' na relação social e sexual entre os sexos, ao mesmo tempo em que restringiu a sexualidade feminina a passividade e à reprodução. Com o domínio económico do homem enquanto provedor, a dependência financeira feminina parecia explicar a aceitação de seus 'deveres conjugais' que incluíam o 'serviço sexual' ” (Dantas-Berger e Giffin, 2005).

Esta abordagem mostra a vertente invisível que a violência sexual carrega, sendo que o acto da relação sexual na percepção androcêntrica é sentido como direito que o homem tem de manter relações sexuais sempre que lhe convier, independente do desejo de outrem. A análise feita pelas autoras ajuda-nos a compreender o sentimento e a percepção que os atores sociais têm sobre a violência sexual; demonstra que a violência, como uma componente da violência doméstica, é tornada socialmente num facto inobservável. Isto contribui para percebermos os aspectos ligados ao indicador violência sexual, que exploramos dentro da violência doméstica contra as mulheres.

O Dossier da Violência Contra a Mulher: Panorama sobre a violência de género (2001) refere que estudos realizados entre 1993 á 1999, em diversos países, mostram que “dentre as mulheres que sofrem a violência poucas são as que procuram as autoridades, buscando ajuda no seio da família ou a amigas por diversas razões como: medo de represarias, preocupação com os filhos, dependência económica, falta de apoio da família e dos amigos e esperança de que a situação da violência venha a ter um fim”

Stolcke (2003) defende que ao longo da história a violência doméstica tem sido típica de sociedades onde as mulheres têm estado subordinadas aos homens. A desigualdade social está associada a desigualdade de género [...]. Tais estruturas de domínio masculino são

legitimadas mediante ideologias que opõem o homem, tidos como fortes, valentes e justos, às mulheres que por natureza são débeis e pouco de fiar. Esta visão encontra resposta em Macia e Langa (cit. por Muendane 2012), que argumentam que explicar a violência doméstica a partir do modelo de dominação masculina é problemático pois a mulher não é subordinada ao homem em todos os contextos.

Ademais, Muendane (2012) que num estudo sobre a quebra da passividade da mulher em relação a violência doméstica destaca três pontos: negar a violência como um tipo de dominação nas relações conjugais; pedir ajuda as instituições legais na resolução de litígios; e, acabar com o tratamento da mulher como coisa dentro do espaço doméstico. Com a visão de Muendane (ibidem) quebra -se a passividade e submissão da mulher em relação ao homem na resolução de conflitos conjugais e entram em cena as autoridades e terceiros.

Em suma, as abordagens destacadas nesta secção mostram como a violência doméstica é sumariamente associada a papéis de género, os autores, de Artur (2007) e Guedes (2007), passando por (Berger e Giffin, 2005), colocam em evidencia o papel historicamente atribuído a mulher em diferentes latitudes como o núcleo da violência. Ademais, as causas e a reação de tal violência são colocadas a margem de suas análises. Todavia, é com Muendane (2012) que os estudos de género tomam a mulher como sujeito ativo e que reage, ainda que a sua reação seja o ato de procurar ajuda for a de casa. Estas perspectivas ajudam-nos a situar qualquer análise que empreendermos dentro dos papéis sociais definidos para os dois gêneros, contudo, Macie e Langa (cit. por Muendane 2012) também nos deixam em alerta para ter em mente que nem sempre a equação da violência é homem agressor e mulher vítima.

1.2. Violência doméstica associada a estabilidade financeira da Mulher

Para Ubisse(2009) as relações de género desempenham um papel importante para compreender a violência doméstica na sociedade, pois, elas acabam contribuindo para a construção da identidade dos indivíduos, que para as mulheres, as colocam numa situação de desigualdade. Ademais, está a concepção de casamento patente nas mulheres desde tenra idade que as torna susceptíveis a suportar todo tipo de adversidade dentro da relação conjugal.

Li (2023) num estudo realizado na China, uma sociedade patriarcal, mostra como a violência física contra mulher decresceu, outros tipos de violência tomam lugar como a violência psicológica. Para a autora estas outras formas de violência como o homem procura formas de manter as mulheres financeiramente independentes no “seu lugar”.

Igirisa e Andriyanto (2024) entendem a independência e a violência doméstica como uma faca de dois gumes. Por um lado, enquanto a independência financeira pode aumentar o poder negocial da mulher dentro de casa, a mesma pode ser um ponto de partida para conflitos conjugais.

Rothman, Hathaway e De Vries (2007), discute o papel da estabilidade financeira em mulheres vítimas de violência doméstica. Para os autores ter um emprego é importante pois coloca as mulheres com melhores oportunidades de melhorar as suas finanças, garantir segurança física, entre outros.

Por outro lado, Aloun e Elmanaseer (2024) discutem como a violência baseada no género pode ser associada a classe, ou seja, para as autoras a denúncia por parte das mulheres é justificada pela sua posição social e/ou de classe. Assim, para mulheres de classes mais baixas a repercussão da denúncia pode ser mais violência física e sexual por parte da família, enquanto que as mulheres de classe alta acabam por sofrer consequências a partir do seu ciclo social.

Narvaz e Koller (2004) baseiam-se em Cardoso (1997), que defende que a permanência das mulheres em relações conjugais violentas está assente principalmente na dependência económica que se encontram em relação aos seus parceiros.

Também se auxiliam de Bourdieu para mostrar que a violência é simbólica. Afirmam que “o ocultamento das relações abusivas de força ocorre de forma subtil e invisível através das vias simbólicas da comunicação e do desconhecimento de seus autores”.

No entanto, estes autores dão relevância à dependência económica aliada a represália social a quem denuncia ou procura ajuda, estas perspectivas expandem o campo de análise da violência doméstica para além dos papeis de género, embora ainda a eles associado. Todavia, o que acrescentam a nossa pesquisa é a expansão do campo de análise.

1.2.1. Problema de pesquisa

Feita a revisão da literatura, identificamos duas abordagens recorrentes sobre a violência doméstica. A primeira que explica o fenómeno através da opressão sistemática que a sociedade patriarcal coloca a mulher, aliada aos papéis de género. E uma segunda que explica o mesmo fenómeno através da condição financeira da mulher.

A primeira apresenta a violência doméstica como resultado dos papéis sociais e de um modelo de organização social, o patriarcado, que coloca a mulher em posição subalterna ao homem e à mercê deste na sociedade e no relacionamento (Camacho, 2001; Guedes et al. 2007; Stolcke 2003; Muendane 2012 e Daniel, 2019). Embora uma contribuição importante, esta coloca sempre a mulher como vítima em todos os contextos e oprimida pelo sistema patriarcal.

A segunda abordagem discute a relação entre a violência doméstica e a estabilidade financeira da mulher. Aqui o argumento é de que quanto mais independente financeiramente a mulher menor é a probabilidade dela se sujeitar a violência doméstica. Contudo, os autores não são unânimes nas conclusões pois mulheres vítimas de violência doméstica e financeiramente independentes também fazem parte das estatísticas por conta da pressão social para manter o lar e ser uma boa dona de casa (Li, 2023; Igirisa e Andriyanto 2024; Rothman, Hathaway e De Vries 2007; Ubisse, 2009). Esta, embora seja uma ruptura e procure dar uma explicação alternativa à violência e permanência da mulher em relações abusivas, e mesmo quando tem uma relação à realidade local (Ubisse, 2009) busca uma abordagem estrutural enquanto a pesquisa que nos propusemos a fazer foca-se nas experiências e percepções dos atores sociais no terreno, através da análise do seu discurso, o que não notamos nos estudos feitos até então.

O estudo de Ubisse tem uma abordagem estrutural do problema, olhando para aspectos globais da sociedade como análise documental, o estudo da autora defende ainda que a permanência de mulheres financeiramente independentes em relações violentas deve-se por conta das relações de género em que a mulher é sujeita no sistema familiar patriarcal enquanto para nós a permanência dessas mulheres deve-se ao status social, para além de ser um olhar novo, quase 16 anos depois ao estudo do autor.

Posto isto, esta pesquisa procura compreender os modos e tipos de violência a que as mulheres financeiramente independentes sofrem nos seus relacionamentos, e a nossa pergunta de partida é: *Por que razão as mulheres financeiramente independentes permanecem em relações conjugais abusivas?*

2.2 Hipóteses de trabalho

Para responder à nossa questão de partida apresentamos a hipótese seguinte:

Ho: Apesar da autonomia financeira, as mulheres permanecem em relações conjugais abusivas mantendo o status social de Mulher casada devido à pressão social exercida por normas culturais, religiosas ou familiares que valorizam a manutenção da união conjugal e desvalorizam o divórcio ou a separação.

Capítulo II Enquadramento teórico

Em termos teóricos, a nossa pesquisa basear-se-á na teoria de construção social da realidade de Berger e Luckmann (1978), aliada á de papéis de género de Judith Butler (2018). A escolha por esta combinação teórica é devido, primeiro, a teoria de Berger e Luckmann (1978) por conceber a realidade social como em constante construção num processo dialógico entre os indivíduos e a estrutura social, enquanto a teoria dos papéis sociais de Butler (2018) vai defender que os papéis sociais atribuídos aos homens e mulheres no processo de socialização condicionam a forma como estes vivem na sociedade.

A teoria de Construção Social da Realidade de Berger e Luckmann (1978) desenvolve uma perspectiva situada na sociologia do conhecimento, defendendo que todo conhecimento produzido na sociedade, ao ser analisado sistematicamente dentro do contexto em que é gerado, se torna passível de investigação sociológica.

Para os autores, é um fenómeno social, ou seja, a realidade é construída socialmente através das interações quotidianas. A sociologia do conhecimento, nesse sentido, tem a tarefa de investigar como esse processo ocorre. Além disso, os autores ainda abordam o conceito da sociedade em duas dimensões: dimensão objetiva e a dimensão subjectiva.

Na realidade objetiva, ocorre a institucionalização das normas, regras e papéis sociais que os indivíduos encontram na sociedade. Uma vez consolidadas, essas normas exercem um controle direto na interação dos membros do grupo, como um todo. Já, na realidade subjectiva, o conhecimento é construído pelos próprios indivíduos, que o interpretam e o controlam. É neste contexto que ocorre o processo de interiorização, ou seja, a apropriação e interpretação imediata de um acontecimento objetivo, que é dotado de significado. Neste processo, os atores sociais interiorizam a realidade dada, criando uma perspectiva construtivista que concebe a realidade como socialmente construída.

Dessa forma, os indivíduos são definidores da realidade, através de um processo dialógico entre eles e a estrutura social. Segundo Berger e Luckmann (1978), a socialização é o processo através do qual os indivíduos se apropriam da realidade objetiva. Para os autores a socialização é um processo que torna o indivíduo membro de uma sociedade, interiorizando a realidade social, compreendendo o mundo em que vive e fazendo com que esse mundo se torne parte de sua identidade.

A socialização primária introduz o indivíduo na sociedade, fazendo com que ele faça parte da dialética da social. Por sua vez, os submundos interiorizados na socialização secundária são parciais, em contraste com o mundo básico da socialização primária. É, portanto, a socialização que gera as identidades sociais e determina os papéis de gênero. Berger e Luckmann consideram a identidade um elemento-chave da realidade subjetiva, e, como toda realidade subjetiva, ela está em relação dialética com a sociedade. Os papéis de gênero, portanto, são assim formados através desses processos sociais.

Os papéis de gênero são reforçados através de atos de homens e mulheres. Assim, não é a condição biológica que determina o ser homem ou mulher, mas os atos quotidianos e recorrentes que ocorrem em cada cultura (Butler, 2018).

A exposição de Butler (2018) sobre o gênero também abrange a questão do poder, apontando que é exigido aos homens que sejam fortes e as mulheres cuidadoras e donas de casa. Esta formulação nos leva ao nosso objeto de estudo, pois, se a autora defende que os papéis de gênero encerram os indivíduos dentro um leque de papéis e modos de agir, no contexto da violência doméstica, as mulheres que sofrem desse fenômeno, em vez de tomarem decisões que favoreçam o seu bem-estar, tendem a se limitar ao que lhes foi socialmente inculcado sobre como devem agir e ser dentro de casa, como esposas.

Contudo, a realidade é construída por meio de um processo dinâmico, como defendem Berger e Luckmann (1978). Portanto, a partir destas duas abordagens teóricas, pretendemos analisar o fenômeno da violência doméstica em mulheres financeiramente independentes, considerando os papéis de gênero construídos e atribuídos através dos níveis de socialização, mas também levando em consideração o dinamismo que caracteriza a realidade social (Berger e Luckman, 1978; Butler, 2018).

1.1 Enquadramento conceptual

Nesta secção apresentamos e discutimos os conceitos centrais do nosso trabalho. Os conceitos centrais do presente trabalho são: violência doméstica e relações de género.

1.3. Violência doméstica

A violência doméstica é um fenómeno complexo e multifacetado que envolve várias formas de agressão cometidas no âmbito familiar ou em relações de intimidade. Ela não se restringe à violência física, mas abrange agressões psicológicas, económicas, sexuais, entre outras.

A lei 29/2009 define violência doméstica como "Todos os atos perpetrados contra a mulher e que cause, ou que seja capaz de causar danos físicos, psicológicos ou económicos, incluindo a ameaça de tais atos, ou imposição de restrições ou privação arbitrária das liberdades fundamentais na vida privada ou pública".

No entanto, esta colocação apesar de ser abrangente em termos de considerar a violência doméstica nas suas variadas tipologias peca por não incorporar elementos ligados a organização social da sociedade moçambicana bem como não considerar a violência como manifestação da mesma.

Segundo Dias (2010, p. 45), a violência doméstica é caracterizada pela agressão praticada no ambiente doméstico, perpetrada geralmente por membros da família, que podem incluir cônjuges, companheiros, pais, irmãos ou outros parentes. Ela destaca que essa forma de violência se manifesta não apenas em agressões físicas, mas também em ameaças, humilhações e privações económicas. A autora enfatiza que o vínculo emocional entre as partes envolvidas torna essa violência particularmente danosa, pois cria um ciclo de dependência e submissão.

Por seu turno, Chauí(1985) define a violência doméstica praticada contra a mulher como: em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e opressão. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência.

A definição de Chauí (ibidem) sobre violência doméstica é rica em elementos pois considera a violência como uma desigualdade hierárquica entre homens e mulheres.

Nerys (2016) a violência contra parceiro íntimo é entendida como violência conjugal, que é aquela que é praticada no seio da relação conjugal, podendo ser praticada tanto contra a mulher como contra o homem ou entre pessoas do mesmo sexo que se encontrem numa relação conjugal.

As definições acima evidenciam que a violência doméstica é um fenómeno abrangente e sistemático, que envolve não apenas actos físicos, mas também formas sutis de controlo e opressão. Essas abordagens mostram que a violência doméstica é sustentada por relações de poderdesiguais, onde o agressor exerce controlo sobre a vítima, muitas vezes através de manipulações emocionais, económicas e sociais.

Estas definições sobre violência doméstica acima discutidas são ricas em elementos e ligação a realidade, portanto, no presente trabalho ao nos referimos a violência doméstica estaremos a falar de qualquer ato físico ou verbal praticado contra o parceiro conjugal, mulher, durante o relacionamento.

1.4. Relações de género

O conceito de relações de género é essencial para a compreensão das dinâmicas sociais que estruturam a convivência entre homens e mulheres em diferentes contextos históricos, culturais e políticos. As relações de género envolvem uma complexa interação de normas, expectativas e papéis atribuídos a indivíduos com base em seu sexo biológico, mas que são construções sociais amplamente moldadas pelas estruturas de poder e desigualdade.

Connell (2003, p. 56) define as relações de género como "as interações entre homens e mulheres, moldadas pelas estruturas de poder, onde as masculinidades e feminilidades são construídas e negociadas". Para a autora, as relações de género não são fixas, mas constantemente renegociadas dentro de contextos sociais que favorecem ou perpetuam desigualdades entre os géneros.

Para scott (1986) as relações de género referem-se as formas como homens, mulheres e pessoas de outros géneros se relacionam dentro de contextos específicos, considerando as desigualdades sociais, económicas e políticas que estruturam essas relações.

Já Butler (2018) entende as relações de género como as expressões de como os papéis de género são construídos e negociados em diferentes espaços sociais, refletindo e reforçando sistemas de desigualdades. Por seu turno, Joaquim (2012, p. 72) define as relações de género como "as formas pelas quais as sociedades estruturam as interações entre os indivíduos com base em normas de masculinidade e feminilidade, as quais variam de acordo com contextos históricos e culturais". Segundo a autora, essas relações são formadas por construções sociais que, muitas vezes, resultam em desigualdades, já que os papéis atribuídos aos géneros tendem a favorecer os homens e subordinar as mulheres.

Das definições acima, podemos observar um consenso em relação ao carácter socialmente construído das relações de género. Connell(2003) oferece uma análise sobre como as masculinidades são hierarquizadas dentro de uma estrutura social que favorece a dominação masculina.

Scott(1986), por sua vez, foca na análise das relações de género como um campo de poder que organiza a desigualdade e legitima a supremacia de um sexo sobre o outro.

Joaquim, além de reconhecer as desigualdades intrínsecas, aponta para a possibilidade de transformação das relações de género através de movimentos sociais e mudanças culturais.

Dessa forma, as relações de género não se referem simplesmente às diferenças biológicas entre homens e mulheres, mas às normas, expectativas e práticas que perpetuam, ou desafiam, essas distinções e os papéis atribuídos. Essas relações, ao longo do tempo, têm sido utilizadas para justificar estruturas hierárquicas e sistemas de poder que, na maioria das sociedades, favorecem os homens e limitam as mulheres.

No entanto, para os efeitos desta pesquisa, ambas definições levam em conta os contextos na definição do que são relações de género, atentando aos diversos fatores que contribuem para, sobretudo, uma relação desigual entre homens e mulheres em contextos específicos e, durante este trabalho estes serão os conceitos que aplicaremos para analisar a violência doméstica.

Capítulo III Metodologia

A metodologia é um estudo analítico e crítico dos processos de investigação e de prova, uma reflexão sobre a atividade científica que está a ser desenvolvida para obter, em determinado momento, um retrato dessa atividade. O objetivo da metodologia, é ordenar a pesquisa, de forma a controlar os elementos, visando aumentar a probabilidade de aproximação entre a realidade e a interpretação (Quivy 1998). Esta secção gira em torno da metodologia adaptada para materialização da pesquisa.

3.1. Abordagem do estudo

Quanto à abordagem do estudo a pesquisa recorreu à pesquisa qualitativa. Segundo Cresswell (2007), a pesquisa qualitativa lida com os significados das experiências individuais, os significados construídos histórica ou socialmente, para então construir conhecimento; adicionalmente, essa abordagem trabalha com a pesquisa sobre as reivindicações e a participação de grupos sociais.

Ora, a pesquisa qualitativa tem uma ligação com a perspectiva das pessoas estudadas, o que significa que os fenómenos são sempre estudados a partir dos pontos de vista dos pesquisados, (Guambe, 2011, p. 74).

A escolha deste tipo de pesquisa justifica-se pelo facto de se procurar trabalhar com dados não mensuráveis estatisticamente, isto é, vai se procurar trabalhar com opiniões, atitudes e/ou crenças da população estudada, principalmente as mulheres financeiramente estáveis.

3.2. Método de abordagem

Para esta pesquisa foi definido como método de abordagem o método indutivo. Para o alcance dos objetivos da pesquisa, usar-se-á o método indutivo, que segundo Lakatos e Markoni (2003, p. 86) —é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas”. Os objetivos dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais estes se basearam.

Ademais, Richardson (1985, p. 35) apregoa que —o método indutivo parte de factos observados para chegar a uma conclusão que não contém informações sobre factos ou situações não observadas, sendo que o caminho vai do particular ao geral, dos indivíduos às espécies, dos factos às leis. As premissas que formam a base para argumentação apenas se referem a alguns casos”.

Como método de procedimento recorreremos a fenomenologia que, de acordo com Berger e Luckmann (2004), é puramente descritivo. Gil (2008) define o método fenomenológico como aquele por meio do qual o observar incide sobre o que está dado na consciência dos indivíduos, assumindo como informação válida passível de ser produzida como dados. Por meio do que se designa de redução fenomenológica, o investigador conduz o indivíduo a tomar atenção para suas próprias experiências, atribuindo-as sentido. Com este método pretende-se analisar as dinâmicas e práticas culturais e indenitárias no seio dos casamentos mistos sob ponto de vista dos significados que os sujeitos entrevistados atribuíram às suas vivências.

3.3. Técnicas de recolha de dados

Para o processo de recolha de dados da pesquisa foram aplicadas a técnicas: técnica bibliográfica e técnica da entrevista do tipo semiestruturada.

a) Técnica bibliográfica

Segundo Spínola e Silva (2005:11), a técnica bibliográfica é desenvolvida a partir do material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos já catalogados em bibliotecas, editoras, internet e em videotecas. Neste caso, fez-se a revisão bibliográfica relevante ao tema em estudo. Por meio da consulta de livros, artigos científicos, manuais, nos quais estão disponíveis informações sobre violência doméstica das mulheres financeiramente estáveis, a técnica serviu de grande suporte na busca de informações e/ou dados que sustentem o tema em pesquisa para construir o referencial teórico conforme se evidenciou no capítulo 2.

b) Técnica da entrevista

Para este estudo se privilegiou a entrevista para o processo de recolha de dados. É uma Técnica baseada em conversa, onde o investigador se apresenta frente ao investigado, Munido de uma coleção de questões e anotações, com o objetivo de obter os dados Que interessam a investigação (Gil, 2008; Oliveira, 2008).

Os dados foram recolhidos por meio de entrevistas semi-estruturadas, suportadas por um guião contendo perguntas abertas. Como define Gil (2002), entrevista semiestruturada é aquela que possui um roteiro de tópicos relativos ao problema que se vai estudar, estando o entrevistador, livre de fazer perguntas de sonda de razões, motivos e esclarecimento, sem obedecer rigorosamente, a uma estrutura formal.

As entrevistas foram realizadas sem gravações tendo solicitado a priori o consentimento informado, oralmente a cada uma das participantes. As entrevistas foram realizadas presencialmente no local e horário escolhidos pelas participantes. A administração das entrevistadas foi feita individualmente, respeitando a privacidade de cada uma delas, para garantir uma conversa aberta e satisfatória, tanto para a pesquisadora quanto para a informante. A duração das entrevistas tinha uma variação de 40 à 60 minutos, pelo número de tópicos e questões que orientaram a pesquisa.

Diante da abertura estabelecida entre as participantes e a pesquisadora, pela natureza do assunto que a pesquisa aborda e pelo tipo de entrevista usada, acrescentamos novas perguntas, que não tinham sido inicialmente previstas pelo guião, especialmente porque as nossas informantes sugeriram algumas questões, que elas julgaram importantes que fossem incluídas no arcabouço das suas experiências.

3.4. Universo e amostra da pesquisa

Segundo Serra (2004, p.46), a população ou universo entende-se como sendo o conjunto de elementos que possuem determinadas características comuns que se pretendem estudar. Esse universo congrega todas as observações que sejam relevantes para o estudo. A presente pesquisa considerou como população a universalidade das mulheres da cidade de Maputo.

Segundo Marconi e Lakatos (2010), amostragem é a necessidade de escolher uma parte (ou amostra) representativa para a investigação. Para o nosso estudo, selecionamos onze (11) mulheres, com idades compreendidas entre 33 à 49 anos de idade, residentes em

diferentes bairros da Cidade de Maputo a saber: uma no bairro 25 de junho, Alto mae, Malhazine, Malhangalene, Zimpeto, Bagamoyo, Benfica, Triunfo, Laulane, Aeroportos e Laulane.

Para a identificação e localização do grupo alvo, recorreremos a técnica de amostragem de bola de neve que é um tipo de amostragem não probabilística que é usada quando os participantes em potencial são difíceis de encontrar. A violência doméstica contra mulheres financeiramente independentes é um tema muito complexo tornando as vítimas relutantes em se identificar publicamente, assim sendo, utilizamos indicações para criar um ambiente mais seguro, pois as participantes frequentemente confiam nas pessoas que as indicaram. Identificamos 02 dos nossos informantes no gabinete de atendimento a família e menores vítimas de violência doméstica da cidade de Maputo (ambos estudantes de sociologia e policiais afetos naquele departamento). Os informantes mostraram-se dispostos a fazer parte da pesquisa ajudando-nos na identificação do nosso grupo alvo que possuíam as características específicas alinhadas com o objetivo do estudo. A partir deles solicitamos uma participante que também nos sugeriu outras mulheres que estavam dispostas a compartilhar suas experiências. O limite da amostra e o encerramento das entrevistas, foram determinados pela impossibilidade da recolha dos dados, tendo se verificado a partir da quarta entrevista, algumas saturações das informações colhidas.

Para a participação no estudo, foram definidos critérios de inclusão e exclusão.

Critérios de inclusão

- Ser mulher
- Ser financeiramente independente/ renda mensal estável
- Ter sofrido qualquer tipo de violência doméstica na relação conjugal
- Ser moradora da cidade de Maputo
- Ser maior de 30 anos
- Ser casada ou viver maritalmente por pelo menos 3 anos sem interrupção.

Critérios de exclusão

- Ser mulher, mas não ter sofrido violência doméstica
- Ser mulher financeiramente dependente
- Não ser residente da cidade de Maputo
- Ter idade inferior aos 30 anos

- Não ser casada a viver maritalmente a menos de 3 anos.

3.5. Técnica de análise de dados

A análise de dados foi feita de modo que os resultados possibilitassem o fornecimento de respostas ao problema proposto para a investigação. A literatura apresenta diversos modelos de análise de dados, mas para este estudo foi adoptado o modelo de análise de conteúdo proposto por Bardin (2011), porque apresenta de forma clara e objetiva os passos a ter em conta no tratamento de dados. A análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (Bardin, 1977).

Definir o método de análise, ajudou a focalizar os eixos de discussão e a apurar as regularidades das informações dadas. Durante o procedimento da colecta de dados, todas as entrevistas foram gravadas, antecedidas pelo consentimento das participantes. As gravações, serviram para posterior transcrição dos dados, que foi feita de forma naturalista. Na definição de Azevedo et al., (2017), transcrever uma entrevista, significa escrever as informações que são dadas e da forma como são dadas, para apreender os sentidos. Ainda, a transcrição naturalista consiste em reproduzir detalhadamente todas as informações das entrevistas, tal e qual foram feitas, incluindo as expressões não verbais, erros e elementos registrados no momento da conversa com o participante.

3.6. Validade e fiabilidade

A validade refere-se à capacidade que os métodos utilizados numa pesquisa apropriam à consecução fidedigna de seus objetivos. Os critérios de validade em pesquisas qualitativas assumem aspectos particulares devido ao seu carácter interpretativo, dependem da subjetividade do pesquisador. Para a redução da subjetividade, procura-se a combinação entre os dados fornecidos por um método de pesquisa e aqueles gerados por algum procedimento alternativo (Gil, 2008; Paiva Júnior, Leão & Mello, 2011; Ullrich, Oliveira, Basso & Visentini, 2012).

De modo a garantir a validade do presente estudo, os entrevistados terão acesso à pesquisa, de modo a confirmarem, através da confrontação com as informações obtidas

na coleta de dados, se a interpretação das entrevistas correspondia à realidade. A fiabilidade é a garantia de que outro pesquisador poderá realizar pesquisa semelhante e chegará a resultados aproximados, por outras, refere-se à similaridade de diferentes observações sobre o mesmo tema dentro do mesmo período de tempo. Para tal, será aplicado o pré-teste do instrumento de recolha de dados que tem a vantagem de poder aperfeiçoá-lo para o momento de recolha de dados (Gil, 2008; Paiva Júnior, Leão & Mello, 2011; Ullrich et al., 2012).

Para garantir-se a fiabilidade se aplicou o pré-teste do instrumento de recolha de dados em moradores de Bagamoyo, bairro circunvizinho e com características populacionais semelhantes às da cidade de Maputo. O pré-teste permitiu a melhoria do guião de entrevista, visto que possibilita avaliar a adequação e a clareza das questões, assim como a suficiência das respostas dos entrevistados e reduzir os constrangimentos no processo de recolha de dados.

3.7. Questões éticas

Motta (1984), define a Ética como sendo um conjunto de valores que orientam o comportamento do homem em relação aos outros homens na sociedade em que vive, garantindo, outrossim, o bem-estar social, ou seja, Ética é a forma que o homem deve se comportar no seu meio social. O aspecto ético fundamental é a garantia de que não haverá discriminação na seleção dos indivíduos, nem exposição destes a riscos desnecessários. No âmbito da pesquisa, foram observados os seguintes aspectos éticos: a obtenção do consentimento informado, a garantia da preservação da privacidade, a integridade, imparcialidade, anonimato, deferência, confidencialidade, entre outros.

Também foram solicitadas duas credenciais ao Registo Académico da Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane para a identificação da pesquisadora. De seguida, fez-se os pedidos de autorização ao Gabinete de Atendimento a família e menores vítimas de violência doméstica da PRM da Cidade de Maputo para o processo de recolha de dados.

3.8. Descrição do Perfil de mulher casada no contexto Moçambicano

Em Moçambique, a mulher não é vista como um sujeito de direitos e de liberdade, é tomada como um objecto de desejo por parte masculina, pois dentro da sociedade o género feminino é já atribuído o papel de executor dos desejos que a parte masculina for a manifestar.

Dentro da sociedade patriarcal desenvolve-se a ideia de que a mulher tem o papel de servir as vontades do homem em qualquer circunstância que ele manifestar alguma vontade e, por obrigação, a mulher deve atendê-lo, visto que ela não tem o mesmo poder e direitos com o homem mesmo com a existência das leis formais da constituição da república.

Casamento e a Lei em Moçambique

A diversidade de tipos de uniões matrimoniais é significativa. Formalizar de algum modo uma união, implica pelo menos ao nível das representações, uma intenção de compromisso não só entre o casal e as duas famílias que se unem, mas também entre estas e os modelos sociais de onde emanam os ritos ou as leis através dos quais esse casamento se realiza.

O artigo 17 da lei de família 22/2019, define como modalidades do casamento: O casamento civil, Religioso e tradicional.

A desigualdade entre homens e mulheres na família persiste, apesar de Moçambique ter uma legislação que garante a igualdade. A constituição da república de Moçambique nos seus artigos 36 e 37, estabelecem a igualdade. Define que todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres não devendo haver qualquer tipo de discriminação (artigo 35).

Define ainda o princípio da igualdade, "o homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural" (artigo 36). A lei da Família garante também a igualdade de direitos entre homem e mulher na família, o artigo 98 refere que "qualquer dos cônjuges é livre de exercer profissão ou actividade remunerada", e que, em nenhuma circunstância o direito ao trabalho pode ser condicionado ao consentimento conjugal.

No entanto, para o nosso estudo importa referir que o nosso interesse está diretamente ligado ao perfil da Mulher casada e financeiramente independente e esta caracteriza-se por:

- Ganhar seu próprio dinheiro, sem depender do parceiro, pais ou família para viver.
- Toma decisões sobre sua vida financeira: sabe gerir seu rendimento, faz escolhas sobre onde morar, o que comprar, como investir, etc.
- Consegue se sustentar sozinha, mesmo estando ou não num relacionamento.

Contudo, vale lembrar que independência financeira não significa liberdade emocional. Muitas dessas mulheres que têm estabilidade económica ainda enfrentam pressões sociais, emocionais ou familiares como no caso da violência doméstica que é o ponto fulcral da nossa pesquisa.

3.9. Constrangimentos do estudo e formas de superação

Ao longo da elaboração da pesquisa, deparamo-nos com alguns obstáculos que dificultaram a sua execução, desde a concepção do projeto até o processo de coleta dos dados. A primeira dificuldade encontrada, teve a ver com a fraca existência de literatura sobre violência doméstica contra mulheres financeiramente independentes, em particular na literatura moçambicana. Uma forma de superar este obstáculo, foi a busca e uso de estudos desenvolvidos em outras realidades sociais do mundo.

A segunda barreira, e a principal encontrada, foi relativamente as participantes, na recolha dos dados. Primeiramente, o nosso objectivo era o estudo das experiências de mulheres financeiramente independentes que sofreram violência doméstica no geral e apresentaram queixa no Gabinete de Atendimento a família e menores vítimas de violência doméstica da PRM, situado no Alto Maé, na Cidade de Maputo.

Inicialmente, a obtenção desses dados revelou -se possível, pois foram seguidos todos os procedimentos burocráticos que permitiriam tal apreensão, desde a apresentação da credencial da instituição da pesquisadora ao Gabinete de Atendimento a família e menores vítimas de violência doméstica, a aquisição de um guião de pedido de permissão de recolha desses dados no Comando geral da Polícia da República de Moçambique (PRM) onde o gabinete é subordinado, a elaboração de um requerimento com o guião de

entrevista em anexo, até ao levantamento do despacho oferecido pelo comando da PRM autorizando a recolha de dados. Após mais de um mês de insistência, não tendo sido possível conseguir dados que nos permitissem localizar essas mulheres, decidimos substituir a abordagem inicialmente definida incluindo a alteração do guião de entrevista.

Posto isto, conseguimos entrevistar as onze mulheres do nosso grupo alvo mesmo com alguma dificuldade no que tange as suas agendas laborais e no capítulo a seguir iremos apresentar a discussão dos dados obtidos.

Capítulo IV Análise e interpretação de dados

Feita a recolha de dados, neste capítulo partimos para análise dos resultados e tal trabalho é possível a partir dos pressupostos teóricos que guiam a nossa pesquisa, alicerçados nos conceitos-chave que definimos como base da nossa análise, e temos também em conta os estudos usados na revisão da literatura que servem de ponto de confrontação dos nossos dados. Esta segunda metade do nosso trabalho está dividida em quatro secções: na primeira apresentamos o perfil sociodemográfico da nossa amostra; na segunda, as percepções sobre a violência doméstica; na terceira, as estratégias de resistência e defesa em relação a violência que as mulheres financeiramente independentes sofrem e na quarta secção compreender de que forma o status social influencia a permanência dessas mulheres em relações abusivas.

4.1. Perfil sociodemográfico

Nessa secção apresentamos o perfil sociodemográfico dos nossos entrevistados onde amostra é composta por 11 mulheres, e de referir que foram levadas em conta as variáveis idade, estado civil, religião, nível académico, profissão, rendimento mensal anos de serviços e anos de casamento. Em termos de idade variam dos 33 anos há 49 anos de idade. Das 11 entrevistadas 6 são casadas oficialmente, 3 em união de facto e duas já encontram se separadas todas moradoras nos bairros da cidade de Maputo a saber: 2 no Choupal, 2 em Malhazine, 1 Maxaquene, 1 Malhangalene, 2 Bagamoio, 2 em Laulane e 1 no Aeroporto.

Em termos académicos as nossas entrevistadas estão organizadas da seguinte forma: 3 mestres, 6 licenciadas, e 2 estudantes universitárias em diferentes áreas e os seus rendimentos mensais variam dos 58mil a 160mil meticais.

As profissões também variam pois temos duas comerciantes conta própria, duas polícias, uma Militar, uma advogada, uma alfandegaria, uma diretora da função pública, duas gestoras bancárias e uma professora universitária. Em termos de religião temos 3 católicas , 2 do Ministerio Envangelho em Acao (MEA), 4 da Universal, 2 Anglicana.

4.2. Percepções Das Mulheres Sobre a Violência Doméstica Contra Mulheres Financeiramente independentes

Nesta secção apresentamos e discutimos as percepções das entrevistadas em relação a violência doméstica que sofrem, como elas a percebem e por que razões a suportam. No entanto, os depoimentos estão divididos em dois grupos de acordo com a semelhança das respostas e visões a saber: o 1º grupo que percebe a violência como algo inerente ao casamento e o segundo grupo invocou mais o aspecto ligado a educação do indivíduo por ser um aspecto que tem a ver com a cultura moçambicana.

De acordo com os dados recolhidos na presente monografia, podemos verificar que todas as mulheres entrevistadas percebem a violência doméstica contra as mulheres como algo não justificado e injusto para elas, pois julgam que todos os conflitos devem ser tratados com base no diálogo. Passaremos então às percepções sobre a violência de acordo com os grupos que designaremos de A e B respectivamente.

4.2.1. Violência Doméstica como algo inerente ao casamento e à força física dos homens

Este grupo é composto por 5 entrevistadas (E1, E2, E3, E6 e E7) e percebem a violência como algo inerente ao casamento e também à força física dos homens e ao facto de as mulheres serem frágeis por natureza, afirmando que se “elas se encontrassem numa posição de maior força física em relação aos seus parceiros iriam responder à violência que sofrem também com a violência, mas como elas são a parte mais frágil, só podiam e podem se submeter à violência”. Estes foram os casos de cinco das entrevistadas, onde 2 são estudantes universitárias e 3 já possuem formação superior.

No que concerne a este grupo afirma a entrevistada nº 3 (estudante de direito e assistente do IPAJ) que embora não suportasse a violência que sofria tinha medo de voltar a casa, com medo do que os familiares e a sociedade iriam pensar dela. Mas com o passar do tempo e por atender outras mulheres vítimas de violência foi mudando sua forma de ver a violência e libertou se do medo que a afligia e rompeu com a violência. As restantes mulheres deste grupo afirmam que não podem sair do lar porque todas “as mulheres devem passar pelo lar e construir família, e que a violência faz parte do lar e a mulher só pode aguentar e ir queixar sempre para ver se esta acaba”.

“ é toda ação que atenta contra a vida de um parceiro ou familiar e pode ser física, psicológica ou patrimonial. Sofri muito a física e psíquica e aguentei até onde pude por amor a ele e aos meus filhos mas também por vergonha de ser mãe solteira ” (E1, 35 anos)

“ são mal tratos que as mulheres sofrem dentro do relacionamento, quando o marido as bate, grita com elas eu sofri a física, patrimonial e psicológica e de todas as vezes o meu marido estava ciente e fui suportando por amor e achar que um dia pudesse mudar ” (E6, 40 anos)

“Violência doméstica é levarurada ser maltratada e pode ser psicológica, física e financeira. Eu pessoalmente sofri a física e financeira sendo que muita das vezes o meu marido estava embriagado e aguentei tudo isso por conta dos conselhos da minha mãe” (E2 36 anos)

A E6 afirmou que a “violência sofrida não faz bem ao lar porque influencia na educação dos filhos, no entanto acha que a mulher tem que ficar no lar independentemente da violência pois foi assim que a mãe ensinou e ela ensina a filha do mesmo modo”, embora ela afirme que quer romper a relação com seu parceiro porque não aguenta mais tanta violência.

Conforme visto a violência é sentida como uma questão de força física inerente aos homens, aliado ao fator fragilidade das mulheres. O aspecto de ordem natural e biológica que se levanta quando se fala de força física desproveem esta do seu carácter social, embora consideremos que não é tanto pela força física, a razão pela qual os homens exercem a violência doméstica contra as mulheres, mas sim pelo facto de a violência fazer parte da construção social da realidade dos indivíduos. Uma vez que é nas construções das identidades sociais, através dos processos de socialização que a violência começa a entrar na vida dos indivíduos (e isto assim acontece porque ela faz parte da estrutura da sociedade androcêntrica), violência esta que será diferentemente ensinada e absorvida de acordo os atores sociais masculino e feminino.

Temos ainda em conta que a violência tem um carácter estrutural, fazendo parte da organização que suporta um sistema de dominação, envolta do poder simbólico assim como de relações de poder Arthur (2007), o que nos leva a acreditar que esta não é praticada pelos homens sobre as mulheres por causa da força física deles. Não nos esquecemos que a violência doméstica contra as mulheres tem o papel de manter a dominação masculina e o controle da mulher, motivo pelo qual ela é também usada e justificada sempre que pretende repreender um comportamento desviante do papel social de mulher.

Defendemos nós que a violência doméstica contra as mulheres é uma violência com um poder simbólico o que faz com que este ganhe invisibilidade e reconhecimento nas sociedades e aos olhos dos indivíduos, de acordo com Bourdieu (1989), um poder de construção da realidade e o sentido imediato do mundo, faz parte da construção das identidades sociais dos indivíduos nas relações de género.

Este aspecto simbólico inerente à violência doméstica contra as mulheres permite a persistência da mesma, assim como possibilita a convivência e permanência das mulheres em relações conjugais violentas, mesmos tendo uma independência financeira em relação a seus maridos. A violência faz parte da realidade dos indivíduos e eles não tem, como afirma Bourdieu (1989), consciência objetiva dele. A carga simbólica não se encontra dissociado das construções desiguais das identidades sociais com base nas relações de género e nem da posição de submissão das mulheres em relação aos homens na sociedade patriarcal, fazendo parte do mesmo processo da construção social da realidade. Sendo assim, é este processo que está por detrás da permanência das mulheres independentes nas relações conjugais violentas, e isto é bem retratado na forma como elas dizem perceber a violência que sofrem.

4.2.2. Violência Doméstica como algo anormal e inerente ao ambiente de educação do indivíduo

Este grupo é composto pelas restantes 6 das entrevistadas (E4, E5, E8, E9, E10 e E11), ambas com formação superior, percebem a violência que sofrem como “algo anormal e inerente ao ambiente de educação do indivíduo, não tendo a ver com o nível de instrução da pessoa, e também a ver com a personalidade da pessoa”, ou seja a pessoa é violenta por natureza. No referente a educação do indivíduo, ambas afirmaram que a figura

paterna faz uma grande diferença no modo como o indivíduo será educado, e que provavelmente a ausência deste é que torna os indivíduos violentos, pois o pai não esteve presente na educação dos filhos.

“A violência doméstica é todo acto físico, sexual, psicológico e patrimonial que atenta a vida humana. A violência que eu sofro é basicamente ele levar meu dinheiro, gritar comigo. Muitas vezes eu me calei até escondia me pois ele ficava muito nervoso, com ciúmes visivelmente excessivos por eu chegar tarde do trabalho. ” (E8, 39 anos)

“É um tipo legal de crime praticado principalmente pelos homens nas relações conjugais mais também pode ser por parte de um familiar e essa violência varia desde da física, psíquica, sexual e patrimonial e eu já fui vítima de todas menos a sexual. Primeiramente cada um geria seu salário e ele me dava dinheiro de rancho mais quando nasceu o nosso filho fiquei doente e ele passou a fazer a gestão do meu salário também e as coisas foram piorando ” (E4, 33 anos)

“É todo acto que fere o nosso físico, a nossa moral, o psíquico e pode levar a morte eu já passei pelos 3 tipos de violência a psicológica, moral e patrimonial. Cada um sempre geriu seu dinheiro mas no algum momento ele parou de ser provedor, já não ajudava em nada em casa e até chegou a roubar me dinheiro no cofre e meu cartão do salário por várias vezes só para me sabotar e quando eu questionava ele ficava mais agressivo e acabava por me agredir ”
(E9, 37 anos).

“Violência Doméstica é toda agressão vinda de um parceiro ou familiar que pode ser verbal, física, material e sexual. Eu passei pela psicológica e sexual quanto a gestão das contas primeiramente eu que fazia a gestão das duas contas, mas agora cada um tem gere seu salário e têm uma tarefa específica/ despesas da casa. ” (E10, 36 anos).

A E8 percebe a violência como um problema da cultura moçambicana, onde o moçambicano é visto como um indivíduo que resolve seus conflitos a base de “berros e porrada”. É também visto como inerente aos ciúmes dos indivíduos. Depreende se nesta percepção que ocorre durante alterações sentimentais dos indivíduos, logo de cariz

natural, e não social e que a violência é uma particularidade dos moçambicanos e da sua cultura.

A E4 afirmou que para além do facto da violência doméstica ter a ver com a educação da pessoa, ela também deve-se ao facto de os “homens serem ciumentos e quererem dominar as mulheres, para estas não serem mais que eles em termos de conhecimento e de emprego, e por acharem que as mulheres foram e são feitas para o lar”.

O mesmo grupo sente a violência como pertencente à natureza do indivíduo, sem ter em conta que se assim fosse, então todas as mulheres que são violentas por natureza, assim como todos os indivíduos de uma forma geral, praticariam a violência doméstica contra seus parceiros no seio do lar, pois este dispositivo de natureza é inerente a todo o ser humano. As questões que podem se levantar aqui seriam: Porquê a violência doméstica parece ser mais notável nos homens do que nas mulheres? Será que elas não podem ser violentas por natureza? Ou este é mais comum nos homens?

Assim, dizer mais uma vez que este facto não se regista por ser de ordem natural, mas sim social, onde os homens praticam a violência doméstica contra as mulheres porque são ensinados a assim o serem, e as mulheres o suportam e o sentem como pertencente a natureza dos homens porque assim também são ensinadas dentro das suas posições de superiorização e de submissão respectivamente. E isto acontece nos processos de socializações patriarcais, que tem como base relações de poder e desiguais nas relações de género, nas construções das identidades sociais de mulheres e de homens. Isto está tão enraizado que se torna invisível e naturalizado, e aqui mais uma vez notamos o carácter simbólico existente na violência.

Quanto ao facto de a violência também ser percebida como algo inerente à educação da pessoa, e neste caso, do homem, isto mostra que as mulheres percebem que o aspecto educação está por detrás do carácter violento ou não do homem, embora para elas a ausência do pai no seio do lar pode ser o causador desta situação, isto é, de a criança se tornar violenta.

Esta forma de ver a situação pode ser entendida se tomarmos em consideração que os indivíduos, vêem o homem como o chefe da família, o que põe ordem na família, e provedor da mesma, e como tal a ausência dele pode criar situações em que os filhos não

tendo a figura paterna, que é o garante da ordem tenham uma educação que os leve a serem propensos a violência. Onde a mãe, que é vista socialmente e representada com sentimentos associados a uma figura frágil, dócil, bondosa, tolerante entre outros, não tem qualificações para educar uma criança de forma a que esta não se torne violenta. Deste modo, sem a figura paterna a criança é propensa a se tornar um homem violento.

Advogamos que a socialização tem sim um papel importante em relação à violência exercida pelos homens sobre as mulheres. Mas ela tem esse papel porque é através dela que se dá a construção social das identidades masculinas e femininas, e nela os indivíduos apreendem a se comportar de acordo com os seus papéis e deveres sociais, e é com base neles que eles guiam as suas vidas, pois isto pertence às suas realidades sociais e ao modo de perceberem suas realidades. Deste modo, não é a falta da figura paterna que está por detrás da questão mas sim a construção das identidades sociais desiguais nas relações de género assentes nas relações de poder dentro da sociedade patriarcal, que subalternizam as mulheres em detrimento dos homens.

A forma como as mulheres percebem a violência tem a ver com a identidade social de mulher absorvida dentro da sociedade moçambicana, que se revela ser patriarcal, e a forma como elas percebem não se difere em grande medida de como a sociedade no geral percebe esta mesma violência, pois de acordo com Berger e Luckmann (1985)

“a identidade é evidentemente um elemento chave da realidade subjectiva, e tal como toda a realidade subjectiva, acha-se em relação dialéctica com a sociedade. A identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social” (Berger e Luckmann 1985: 228).

A violência e a sua percepção encontram-se inseridas dentro deste processo identitário.

"Violência Doméstica é todo acto que fere o nosso físico, a nossa moral, o psíquico e pode levar a morte eu já passei pelos 3 tipos de violência a psicológica, moral e patrimonial. Cada um sempre geriu seu dinheiro mas no algum momento ele parou de ser provedor, já não ajudava em nada em casa e até chegou a roubar me dinheiro no

cofre e meu cartão do salário por várias vezes só para me sabotar e quando eu questionava ele ficava mais agressivo e acabava por me agredir ”
(E9, 37 anos).

“Violência Doméstica é toda agressão vinda de um parceiro ou familiar que pode ser verbal, física, material e sexual. Eu passei pela psicológica e sexual quanto a gestão das contas primeiramente eu que fazia a gestão das duas contas, mas agora cada um tem gere seu salário e têm uma tarefa específica/ despesas da casa. ” (E10, 36 anos).

“... as Pessoas têm uma ideia de que mulher com dinheiro não tem respeito em casa, ou seja, mulher financeiramente independente nunca dura no lar e que o homem sempre será superior a mulher... ” (E11, 35 anos)

A E9 e E10 afirmam que para além da violência ser um aspecto ligado a cultura moçambicana, a mesma é “algo mau e que ela é praticada pelos homens porque eles se acham superiores as mulheres e acham que devem mandar nelas e que mesmo no trabalho sentem esta tendência de superiorização e que a mulher deve ficar submissa”. A E11 defende que a violência é “devido ao ciúme tanto do homem como da mulher, e que a mesma faz parte da cultura”, pois os moçambicanos resolvem tudo aos “berros e porrada”. Afirma que quando se está numa situação de conflito a mulher deve-se “manter mais calma e baixar a guarda, uma vez que elas são mais tolerantes, de modo evitasse situações de violência”.

Neste grupo, notamos que uma das entrevistadas para além de perceber a violência como algo que parte da cultura moçambicana, também a sente como relacionada com o facto de os homens se sentirem superiores em relação as mulheres. Quanto à esta última percepção, dizemos nós que, sim a violência sobre as mulheres é devido a posição de superioridade dos homens em relação as mulheres, mas vamos mais longe quando afirmamos que esta violência não se cinge a cultura moçambicana, mas sim em todas as sociedades patriarcais, e que esta superioridade masculina não é somente sentida pelos homens, como também pelas próprias mulheres, vendo se e sentindo se como submissas a eles, e que esta situação ocorre devido a construção desigual das identidades sociais nas relações de género, baseadas em relações de poder.

A violência doméstica contra as mulheres existe e persiste porque ela faz parte da construção das realidades dos indivíduos, fazendo parte do *habitus*, que Bourdieu (1989) define “como um conhecimento adquirido e também, o *habitus* indica a disposição incorporada, quase postural” (Bourdieu, 1989:61), sendo deste modo aceite pela sociedade como um todo.

A violência doméstica contra as mulheres ocorre em todas as partes do mundo e em todas as sociedades androcêntricas. Ela está envolvida em significações e sistema de signos, ou como falam Berger e Luckmann (1985), dentro de um universo simbólico que é “construído por meio das objectivações sociais, através da atribuição de significados que excede muito o domínio da vida social” (Berger e Luckmann 1985: 132). Isto faz com que a violência se torne invisível, aceite e naturalizada. Esta naturalização é sentida porque as construções sociais ganham um poder de se alienarem das instituições que as criaram e tornam-se construções sociais objetivas.

Podemos inferir com base no que foi acima descrito que as mulheres que sofrem a violência doméstica por parte de seus esposos, percebem-na como sendo algo inerente ao casamento, no qual as mulheres estão sujeitas, tendo que se manter uma conduta que não incite a violência. Esta postura das mulheres, se comportarem de modo a não provocar situações de violência, e sentida como fazendo parte da natureza das mulheres, não se tendo em conta que isto é apreendido e socialmente construído, e tem a ver com a natureza das mulheres.

De modo geral, as mulheres entendem a violência doméstica como todo acto que visa causar alguma dor em si, para estas mulheres a violência doméstica pode ser física, patrimonial, psicológica e psíquica.

Como podemos notar nos excertos acima, estas mulheres descrevem a violência doméstica como sendo um conjunto de atos perpetrados contra si, dentro do casamento. Estas percepções vão de acordo com a nossa definição de violência doméstica, bem como a de autores como Nerys (2016) e Chauí (1985) que entendem a violência doméstica como atos perpetrados contra mulheres dentro do espaço doméstico. Os autores e os dados concorrem para o mesmo entendimento pois ambos têm uma visão de que a fórmula da violência é sempre homem perpetrador e mulher vítima, contudo, a nossa análise acrescenta a perspectiva de patrimonial pois estas mulheres, financeiramente

independentes, entendem a violência doméstica como, também, um ato de opressão e exploração dentro do relacionamento, mesmo com o seu dinheiro. Esta uma perspectiva, de que a mulher mesmo financeiramente independente não está imune a violência doméstica reforça a visão patriarcal defendida por autores como Cabanas (2001) segundo a qual o fenômeno da violência doméstica é reflexo dos papéis de gênero que são inculcados na sociedade patriarcal.

Segundo Berger e Luckman (1978) os indivíduos passam por dois processos de socialização, o primeiro que é a primária onde os indivíduos são inculcados as normas elementares da vida em sociedade, é nesta que os papéis de gênero são também inculcados e como tal gera identidades e formas de agir consoantes com cada papel. A partir deste pressuposto podemos compreender como e porque as mulheres desta pesquisa entendem a violência como um ato praticado contra elas pelos seus parceiros.

Ademais, os estudos de Butler (2018) vão reforçar uma ideia de opressão exercida pela sociedade patriarcal a partir do reforço dos papéis de gênero reforçados quotidianamente, e tal notamos na percepção da pesquisa de que elas são vítimas invariáveis da violência doméstica e mesmo com independência financeira suportam, pois, este papel de dona de casa e indivíduos que aguentam as adversidades do lar lhes foi inculcado durante o seu processo de socialização.

4.2.3. Fatores que contribuem para a prática da violência doméstica contra a mulher

A violência doméstica contra a mulher tem afetado todo o país e segundo o Conselho de Ministros de Moçambique (2018), não existe uma exposição acabada, entretanto, pode-se considerar o ciúme e a suspeita de infidelidade conjugal, em parte, como grandes fatores de risco para a ocorrência de comportamento de violência física contra a mulher nos diferentes meios de convivência.

1º Fator: Ciúmes

Os ciúmes constituem um dos factores causadores da violência contra a mulher, manifestando-se por meio do tradicional comportamento controlador do parceiro íntimo, orientado por suspeitas de traição, assim como tendências consideradas obsessivas de controlar a mulher (Meque; Maloa, 2021).

“Ele é ciumento, não confia em mim e é autoritário. Sempre que não concordo com certas decisões, ele agride-me” (E1, 36 anos, Casada).

“Sempre que ele ficasse com ciúmes batia-me” (E4, 45 anos, Casada).

“Ele é psicopata nas pessoas parece uma coisa e na algum momento mostra-se arrependido, mas depois volta ser agressivo ” (E8, 36 anos, Casada).

“Sempre que volto tarde do trabalho é motivo de barulho movido por ciúmes mesmo ele sabendo que a natureza do meu trabalho exige horários fora do expediente e aos finais de semana ” (E10, 35 anos, Casada).

Os depoimentos da Mulher A e B alinham-se ao posicionamento de Meque e Maloa (2021) e do Conselho de Ministros de Moçambique (2018), que consideram o ciúme como a causa primordial para a ocorrência da maioria dos casos de violência.

Silva (2016), afirma que a cobrança do papel tradicional da mulher é de ser obediente, passiva e resguardada do olhar alheio. Neste caso, trata-se de uma forma de violência materializada através do controlo da mulher, restringindo-a a um espaço e a certas actividades.

Segundo Conselho de Ministros de Moçambique (2018), as taxas de maior violência notam-se entre os parceiros que:

- Ficam zangados quando as mulheres falam com outros homens;
- Tentam limitar contactos com familiares;
- Chamam nomes as suas mulheres;
- Insistem em saber onde a mulher está e Suspeitam de infidelidade.

O Conselho de Ministros de Moçambique (2018), reitera que além do ciúme, as suspeitas de infidelidade e tentação obsessiva de controlar a mulher constituem grandes factores de risco para a ocorrência de comportamento violento contra a mulher.

2º fator: Suspeitas de infidelidade

Nas representações sociais de género do sistema patriarcal, a mulher é tida como uma observadora e obediente das normas e exigências impostas pelo homem, sendo que qualquer ameaça ou falha na observância das normas, o homem recorre a actos de violência como mecanismo de demonstração da superioridade definidas no sistema.

“Ele batia-me toda vez que ficasse com ciúmes e que negasse de manter relações sexuais com ele” (E11, 37 anos, Separada).

“Ele agredia-me toda vez que eu voltasse tarde do trabalho ou de um convívio familiar” (E4, 40 anos, Casada).

“Ele obrigava-me a fazer sexo toda vez que eu voltasse tarde do trabalho ou de um convívio familiar mesmo ele tendo toda minha agenda, nunca acredita em mim e quando tento me explicar ainda me espanca.” (E3, 40 anos, Casada).

No depoimento acima é nítido que o homem exerce o controlo sobre a mulher, sendo a violência sexual uma das formas de justificação de poder sobre a mulher, isto é, o agressor batia na depoente caso negasse manter relações sexuais com ele.

Tal como refere Borin (2007), o acto sexual na relação entre o homem e a mulher é visto como sendo um dever conjugal, no qual a mulher tem a obrigação de praticá-lo com o seu companheiro quando ele desejar, independentemente da vontade dela, caracterizando-se como uma opressão de género.

A mulher não é vista como um sujeito de direitos e de liberdade, é tomada como um objecto de desejo por parte masculina, pois dentro da sociedade o género feminino é já atribuído o papel de executor dos desejos que a parte masculina for a manifestar.

Birke (1986) citado por Borin (2007), afirma que a ideia criada no senso comum de que os homens têm um estímulo sexual “insatisfeito” e maior, considera-se um argumento usado para legitimar a violência sexual, assim como justificativa para que os homens não sejam responsabilizados pelo acto.

Dentro da sociedade patriarcal desenvolve-se a ideia de que a mulher tem o papel de servir as vontades do homem em qualquer circunstância que ele manifestar alguma vontade e, por obrigação, a mulher deve atendê-lo, visto que ela não tem o mesmo poder e direitos com o homem.

4.2.4. Nível Acadêmico das mulheres vítimas e suas Percepções sobre violência doméstica

Apesar dos avanços significativos que a sociedade alcançou ao longo dos anos no que tange à tecnologia, inovação, medicina, inclusão e diversidade, a violência contra a mulher ainda persiste como um problema global que transcende fronteiras culturais, econômicas e sociais. Não podemos negar que o governo e a sociedade civil têm trabalhado para gerar mudanças positivas na mentalidade das pessoas e nas políticas públicas que visam proteger os direitos da mulher.

A nossa divisão da percepção da violência e das razões que levam as mulheres a permanecerem em relações conjugais violentas foi feita com base na semelhança das respostas dadas pelas nossas entrevistadas, de forma que encontramos dois grupos. Mas quando do agrupamento, notamos que as respostas semelhantes coincidiam com o grau ou nível acadêmico das entrevistadas. O primeiro grupo repisou mais o aspecto casamento aliado à violência, o segundo focou mais o aspecto educacional e cultural, sem que com isto estejamos a dizer que as respostas foram lineares e que não foram mencionados outros aspectos. Tentaremos também ver se o nível educacional tem alguma influência no rompimento de situações de violência.

Depoimento de Grupo A

“ são mal tratos que as mulheres sofrem dentro do relacionamento, quando o marido as bate, grita com elas eu sofri a física, patrimonial e psicológica e de todas as vezes o meu marido estava ciente e fui suportando por amor e achar que um dia pudesse mudar ”
(E1, 40 anos)

“Violência doméstica é levar a ser maltratada e pode ser psicológica, física e financeira. Eu pessoalmente sofri a física e financeira sendo que muita das vezes o meu

marido estava embriagado e aguentei tudo isso por conta dos conselhos da minha mãe"
(E3, 36 anos)

Depoimento do grupo B

"A violência doméstica é todo acto físico, sexual, psicológico e patrimonial que atenta a vida humana. A violência que eu sofro é basicamente ele levar meu dinheiro, gritar comigo e faz isso ciente só para provocar me e mostrar-se superior a mim" (E11a, 39 anos)

"É um tipo legal de crime praticado principalmente pelos homens nas relações conjugais mais também pode ser por parte de um familiar e essa violência varia desde a física, psíquica, sexual e patrimonial e eu já fui vítima de todas menos a sexual. Algumas vezes ele estava embriagado e noutras bem lúcido e eu penso que ele tem prazer em me fazer mal pois nalgum momento ele me grita dizendo que mulher foi feita pra sofrer, penso que parte também da educação que teve, da família onde cresceu" (E8, 33 anos)

"É todo acto que fere o nosso físico, a nossa moral, o psíquico e pode levar a morte eu já passei pelos 3 tipos de violência a psicológica, moral e patrimonial. Aguentei por amor aos meus filhos e por achar que um dia ele fosse mudar ate porque todos me diziam que lar é assim ,e quanto mais a mulher tiver dinheiro precisa ser mais paciente preservar o casamento, etc."
(E9, 37 anos).

Deste modo notamos que o primeiro grupo de mulheres tem, em termos de grau académico, o ensino superior embora duas ainda na faculdade. As outras entrevistadas do grupo seguintes possuem formação superior em diversas áreas (entre licenciatura e Mestrado). Isto pode nos levar a questionar se o nível de instrução tem alguma influência na forma como se percebe a violência? As nossas entrevistadas parecem mostrar esta tendência, embora não saibamos o grau de influência que esta exerce na percepção da mesma.

O último grupo tem uma percepção um pouco mais elaborada sobre a violência, uma vez que mencionou aspectos ligados a educação, a cultura e a superioridade masculina em

relação as mulheres. Embora estas formas de ver e sentir a violência não sejam semelhantes à nossa e com base em pressupostos diferentes, nota-se que elas têm uma certa consciência ao facto de esta ser um fator aprendido dentro da sociedade moçambicana. De modo que não podemos afirmar categoricamente que o nível de instrução influencia a percepção que as mulheres têm sobre a violência. O que podemos afirmar é que o nível de instrução não influencia a permanência ou não das mulheres independentes em relações conjugais abusivas, ou seja, as mulheres independentes e com formação superior também permanecem em relações conjugais abusivas.

No que concerne à influência do nível educacional e o abandono das relações violentas dizer que das onze mulheres trabalhadoras que compõem a amostra duas encontram-se atualmente separadas e as restantes continuam casadas por diversas razões. De salientar que as duas separadas foi por iniciativa própria, no entanto a decisão só foi tomada depois de várias tentativas de entendimento com ajuda de amigos e familiares, mas sem sucesso. As outras nove continuam em seus casamentos por vários motivos desde o amor ao parceiro e aos filhos, pela profissão, pela responsabilidade religiosa e vergonha de ser vista como mulher separada com filhos.

No entanto não podemos nós dizer que a formação superior influencia no rompimento de situações de violência nas relações conjugais, e nem podemos dizer de forma categórica, devido ao que foi acima exposto pesa embora, das nove que continuam casadas pelo menos quatro já pensam em sair da relação caso os seus parceiros não mudem.

4.3. Estratégias de Resistência e Defesa de mulheres vítimas de violência

Nesta secção apresentamos as estratégias que as mulheres usam para se defender. De modo geral, as mulheres adotam diferentes medidas para lidar com a violência doméstica.

Tendo em conta a dimensão que retrata as soluções para colmatar a violência que as nossas entrevistadas sofrem, importa referir que são várias as estratégias usadas por elas para solucionar o problema da violência nos seus lares. Estas tentativas de soluções foram e são feitas, em algumas vezes, de forma alternada, e noutras de forma simultânea. No entanto vamos apresentar três categorias de estratégias de defesa e resistência usadas por

mulheres financeiramente independentes vítimas de violência doméstica: Estratégia Silenciosa ou Passiva, Estratégia de Apoio social e a Estratégia de autonomia e Ruptura.

4.3.1. Estratégias Silenciosas ou Passivas

Nesta categoria podemos observar como a violência doméstica é vivenciada dentro de um contexto onde os papéis de gênero são normalizados e internalizados, influenciando a percepção das vítimas sobre suas próprias experiências e a aceitação da violência conjugal. Com base nos dados recolhidos no campo, identificamos que a violência doméstica é frequentemente normalizada pela internalização de papéis de gênero, sendo que a obediência e seguimento das normas culturais e religiosas desempenha um papel significativo na vivência da violência doméstica independentemente da condição econômica da mulher, pois, estas normas moldam as relações de poder, os papéis de gênero e as expectativas sociais dentro de uma sociedade. Assim, em sociedades patriarcais, os homens internalizam a ideia de que têm o controle e dominação sobre as mulheres e por tanto, as Mulheres optam por não confrontar diretamente o agressor para evitar maiores agressões, proteger os filhos ou manter a estabilidade emocional. Ou seja, estas mulheres usam o silêncio para se proteger e recuo diante do agressor, usam a Justificação de que querem preservar o seu lar para normalizar a violência na esperança de mudança do comportamento do parceiro com o tempo.

"A primeira vez que ele agrediu-me simplesmente ignorei, fiquei calada e não contei a ninguém pois achava eu que fosse algo normal mas que não iria se repetir" (E7, 40 anos, Casada).

"Não denunciei por falta de coragem e na esperança de que o meu parceiro mudasse de comportamento" (E4, 36 anos, Casada).

"primeiramente não denunciei e nem contei pra ninguém por achar que fosse o efeito do álcool e que não iria se repetir, mas também por vergonha nem" (E2, 35 anos).

No primeiro momento que acontecem os actos de violência doméstica, muitas mulheres não tendem a denunciar o agressor e justificam não ser comportamento habitual do parceiro, ou seja, que foi um acto impulsivo do momento.

A mulher quando sofre violência, muitas das vezes, esconde por medo da sociedade a estigmatizar, culpando-a por dar motivos ao parceiro para a agredir (Verardo, 2007 citado por Borin, 2007). Por causa disto, as mulheres não participam o caso por sentirem vergonha, pois na sociedade o género masculino tem poder em relação ao feminino, tal como evidencia o depoimento da Mulher E3.

Entretanto, tal como refere Azevedo (1985), quando a mulher sofre a primeira violência, ela deve denunciar o agressor, visto que o registo da denúncia constitui o primeiro passo de providência em caso de agressão contra a mulher. Ao proceder com a denúncia, a mulher (vítima) estará a evitar que a situação de violência se agrave até chegar a proporções extremas.

Quando a mulher sofre algum tipo de violência, ela deve participar o caso na Esquadra ou no Gabinete de Atendimento à Família e Menor Vítima de Violência, todavia nem sempre tem sido assim.

4.3.2. Estratégias de Apoio Social

Envolvem a busca de suporte emocional e orientação fora da relação abusiva, sem necessariamente romper imediatamente com o parceiro. Estas mulheres procuram conversar com familiares ou amigas de confiança e ou buscam apoio religioso ou espiritual.

"Primeiramente não denunciei mas procurei os nossos padrinhos que são também líderes da nossa igreja" (E11, 37 anos)

"Na primeira vez ignorei mas a segunda ele agrediu-me enfrente a minha filha ai acabei procurando ajuda na família e nos amigos" (E9a,36)

Os dados mostraram que as mulheres, apesar de não denunciarem seus maridos, vivenciam situações de violência doméstica e mantêm-se caladas por conta das normas

estruturais que desencorajam as mulheres a reconhecerem ou denunciarem a violência, seja por medo de estigmatização, rejeição familiar ou pela falta de suporte social. A subordinação estrutural das mulheres reduz sua capacidade de negociar ou denuncia o seu parceiro independentemente da sua condição financeira e portanto, encontramos deste modo como formas de resoluções da violência, numa primeira fase as reuniões familiares, as queixas aos chefes de quarteirões e a procura de ajuda junto de entidades religiosas.

Em síntese, podemos dizer que as mulheres usam diversas estratégias para resolver a situação de violência no seu lar, de acordo com as suas possibilidades. Notamos que todas elas tentam primeiro resolver a situação de uma forma interna e no seio da família e somente em algumas situações é que procuram ajuda externa.

4.3.3. Estratégias de Autonomia e Ruptura

São ações mais diretas e conscientes para romper com o ciclo de violência, baseadas na autonomia financeira e emocional da mulher. Quando a mulher chega a esse nível ela busca por Denúncia formal às autoridades competentes, toma decisão de separação e reconstrução da vida.

“na primeira vez procurei ajuda na esquadra, mas só piorou, até fizemos reunião com a família” (E8, 40 anos).

“fui a esquadra apresentar queixa e ele não fez mais” (e5, 39 anos)

“depois de um tempo fui ao Gabinete da Maria Sopinha porque a família não conseguia ajudar” (E6, 37 anos).

"A primeira vez que ele me agrediu simplesmente ignorei, fiquei calada e não contei a ninguém pois achava eu que fosse algo normal mas que não iria se repetir. Mas depois de várias outras agressões físicas acabei informando a família e denunciei na esquadra mais próxima." (E7, 40 anos, Casada).

Com base nos depoimentos acima, podemos notar que as mulheres procuram ajuda quando confrontadas com casos de violência doméstica, seja na família ou no gabinete de atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica. A quebra da passividade perante a violência doméstica já tinha sido abordada por Muendane (2012) quando postulou que as mulheres procuram ajuda institucional ou familiar pois não aceitam a violência como algo inerente ao relacionamento. No entanto, a nossa análise permite postular que embora as mulheres estejam dispostas a procurar ajuda elas não colocam a hipótese de abandonar o parceiro, como também dos papéis de gênero que lhes foram inculcados e as tornam submissas aos homens no relacionamento Cabanas (2001). Contudo, outro fator que pode estar por causa da volta da mulher no relacionamento e relutância em abandonar o parceiro pode ser o fraco acompanhamento dado pelas autoridades uma vez feita a denúncia como defendem Artur e Mejia (cit. por Daniel, 2019).

As denúncias são feitas geralmente quando a situação de violência contra a mulher chega a um nível em que a vítima encontra-se em uma posição na qual corre o risco de morte. Como afirma OMS (2005), as razões mais citadas para a procura de ajuda junto das autoridades ou outras instituições está a severidade da violência, ou seja, as vítimas que sofreram violência mais grave têm mais probabilidades de procurar ajuda, assim como com o impacto da violência nos filhos.

“Fui denunciar quando ele agrediu-me com uma faca e contrai ferimentos graves junto da minha filha de um ano” (E10, 37 anos, solteira).

“Denunciei quando o meu parceiro começou a me espancar usando objectos como cabo de vassoura em frente aos nossos filhos e parou de ajudar nas despesas de casa” (E2, 36 anos, União de facto).

Com base nos depoimentos acima, compreende-se que as mulheres vítimas de violência doméstica só se fazem às instituições competentes para participar os casos de agressões perpetuados pelos parceiros quando a situação de violência chega a níveis extremos, ameaçando a sua vida.

Permanecem na ideia de que a mulher dentro da sociedade não tem poder, e que ao denunciar o seu parceiro pode ser mal-vista e que a sociedade irá pensar que o motivo da agressão é por esta desrespeitar e desobedecer ao seu parceiro.

No entanto, por conta da pressão social para manter-se no casamento e das relações/papeis de gênero que as colocam numa posição de desvantagem quando saem ou tentam sair do casamento as mulheres desta pesquisa preferem manter-se no relacionamento.

“... as mulheres têm uma ideia de que mulher com dinheiro não tem respeito em casa, ou seja, mulher financeiramente independente nunca dura no lar” (E3a, 35 anos).

“...por causa da minha profissão (polícia), dizem que mulher polícia não presta pior se tem dinheiro” (E1, 36 anos)

Não obstante, outro factor colocado por uma das nossas entrevistadas foi a divisão de bens pois ela até tentou se separar, mas frisou que não queria vender a casa e dividir o dinheiro com o marido, outrossim, tinha também receio de como seria vista como mãe solteira.

“não queria recomeçar sozinha e com uma filha de 12 anos não seria fácil apesar de eu ter dinheiro... e principalmente ter que dividir os bens” (E4, 35 anos).

Aqui notamos que a pressão social e o status não são os únicos fatores que influenciam a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos, outro factor são os bens que o casal possui pois elas não querem perder ou dividir os bens uma vez finda a relação.

No entanto, os dados analisados nesta secção nos permitem postular que a defesa que as mulheres fazem quando confrontadas com a violência doméstica varia, umas usam os meios legais enquanto outras procuram ajuda na família. Contudo, a permanência é condicionada pela pressão social, status bem como o facto de não querer dividir os bens. Deste modo, a visão que as mulheres têm da sua defesa e como procedem quando confrontadas com a possibilidade de deixar o marido e começar de novo é condicionada pela forma como elas foram educadas e por temer reforçar os estereótipos de que uma

mulher com dinheiro não dura num relacionamento. Outrossim, é igualmente por não querer dividir os bens com o marido uma vez finda a relação.

As constatações que fazemos aqui nos permitem igualmente discutir o que alguns autores postularam pois se Muendane (2012) defende a quebra da passividade, o nosso estudo prova que as mulheres até quebram a passividade, no entanto, a procura pela manutenção do status social e mais ainda a possibilidade de perder e ou dividir os bens as torna propensas a tolerar e permanecer nesses relacionamentos.

4.4. O Papel das Normas Sociais e do Status de Mulher Casada na Permanência em Relações Abusivas

Neste capítulo discutimos e analisamos como o status influencia na permanência de mulheres financeiramente independentes em relacionamentos abusivos. De modo geral, as mulheres desta pesquisa mantêm-se no relacionamento por conta do status de mulher casada e pressão da sociedade em manter-se no lar por ela ser financeiramente independente. Deste modo, também analisamos de como as normas culturais, religiosas e familiares influenciam a decisão de mulheres financeiramente independentes permanecerem em relações conjugais marcadas pela violência doméstica e embora a autonomia económica possa oferecer condições para a ruptura, fatores simbólicos e sociais, como o status de "mulher casada", ainda exercem grande peso nas decisões das vítimas.

“... a sociedade exige muito da mulher e quando ela tem mais dinheiro dizem que é pior porque pensam que sou arrogante e na primeira falha no casamento me culparam com minha própria família então depois daí só tenho aguentado ne” (E6, 36 anos)

“para manter o papel na igreja.... e também por conta da sociedade que diz que lar é assim mesmo, tem pessoas que dizem que não irei ficar no lar porque sou orgulhosa e não quero ter filhos com pais diferentes” (E2, 37 anos)

“mulheres com um status como o meu sofrem muito porque a sociedade espera muito de nós então tentamos quebrar o mito de que mulher com dinheiro não fica no lar” (E5, 31 anos)

A valorização do casamento como símbolo de sucesso social e moral, frequentemente reforçada por crenças religiosas e tradições familiares, contribui para a resistência à separação, mesmo em contextos de abuso. Em sociedades onde o divórcio é visto como fracasso ou vergonha, a manutenção da imagem social pode se sobrepôr à segurança emocional e física da mulher.

Podemos notar nos excertos acima uma dupla pressão para as mulheres desta pesquisa em manter o lar. Primeiro por ser mulher e ter que ser boa esposa, segundo por ser mulher com dinheiro e ter que lutar com o estereótipo de que por ter dinheiro elas são arrogantes e orgulhosas. Aloun e Elmanaseer (2024) discutem como a classe pode influenciar a violência doméstica, para os autores as mulheres de classe alta sofrem estigma por parte dos seus pares quando denuncia ou reportam este tipo de violência. Enquanto Li (2023) defende que em sociedades patriarcais a violência contra mulher toma novos modos, se apartando da física para ser mais psicológica, no entanto, a autora não se ocupa das consequências do fenômeno para a mulher nem a relação deste com o status social.

Enquanto os primeiros autores encontram na classe a explicação para o tipo de repercussão que a violência vai ter, para a nossa análise importa que a violência doméstica leva as mulheres a manterem se na relação para provar que apesar de ter dinheiro as mulheres desta pesquisa não são arrogantes e orgulhosas.

“sim a condição financeira me faz ficar pois as pessoas associam o facto de ter dinheiro com falta de respeito...eu também lhe amo e os conselhos dos mais velhos sempre dizem para eu aguentar que ele vai mudar. “(E9, 40 anos).

“com dinheiro, sem dinheiro a mulher é serva no lar e quando es independente o preconceito é pior, mas também continuo no lar por amor ao meu marido e aos meus filhos. “ (E3, 36 anos).

“A minha condição financeira me impediu de sair de um relacionamento abusivo por receio de ser mal olhada principalmente por ser polícia pois dizem que mulher polícia é muito orgulhosa e arrogante pior com dinheiro. Mas também continuo no lar para poder manter o respeito adquirido na igreja. “ (E7, 40 anos, casada).

“A minha condição financeira não me impediu de sair de um relacionamento abusivo, mas continuei no meu lar com a esperança de um dia ele mudar, mas percebi que ele era assim (um psicopata). Em algum momento eu acho que era obsessão e tinha medo que alguém não me querer mais principalmente com filhos. Penso que outras mulheres ficam no lar para manter o papel na igreja, algumas é simplesmente por status de mulher casada mesmo com dinheiro isso por culpa da sociedade que diz lar é assim mesmo. “ (E10, 40 anos, casada).

“A minha condição financeira me impediu de sair de um relacionamento abusivo pois divorciar não é fácil principalmente na divisão dos Bens (não me vejo a vender minha casa para dividir com meu marido) tanto a minha situação econômica como profissional afetaram diretamente a minha decisão de me manter no lar, isso porque mulher com status como meu sofrem muito por a sociedade esperar muito mais de nós, querem que sejamos perfeitas em tudo. Continuo no lar até hoje também por amor a minha família e por tentar quebrar o mito de que mulher com dinheiro não fica no lar.(logo uma advogada divorciada não soa bem) “ (E6, 36 anos, casada)

Os papéis de gênero, os conselhos dos familiares e o estigma associado ao facto de que uma mulher independente é muitas vezes arrogante, orgulhosa e sem respeito constituem os fatores que fazem as mulheres financeiramente independentes manterem-se em relacionamentos abusivos. Além disso, a mulher que rompe o casamento pode enfrentar estigmatização, julgamento social e, em alguns casos, rejeição familiar, o que agrava o isolamento e a dependência emocional. Esse conjunto de pressões contribui para a reprodução da violência, colocando as vítimas num ciclo difícil de quebrar, mesmo com independência econômica.

Esse cenário confirma a hipótese de que a permanência em relações abusivas não está limitada à dependência financeira, mas também às construções sociais que sustentam o papel tradicional da mulher no casamento. Ademais, pressões da família alargada, a normalização da violência doméstica e o medo de julgamentos externos podem atuar como barreiras invisíveis que mantêm essas mulheres presas ao ciclo de violência, mesmo tendo recursos financeiros para sair da relação. Este capítulo discute essas dinâmicas à luz da teoria dos papéis de gênero de Judith Butler (1986) e da construção da realidade social proposta por Berger e Luckmann (1978).

Se Butler (1986) entende as relações de gênero como as expressões de como os papéis de gênero são construídos e negociados em diferentes espaços sociais, os dados desta pesquisa mostram que não há negociação e que as mulheres mesmo financeiramente independentes não possuem muitas escolhas pois a pressão social para manter-se na relação, o estigma de que não conseguem manter uma relação por conta do orgulho arrogância, mas também como revelou a pesquisa, a relutância em dividir os bens com o marido uma vez finda a relação faz com que as mulheres desta pesquisa não saiam da relação.

Contudo, o comportamento de homens e mulheres, a violência doméstica que os primeiros perpetram contra as segundas é reflexo dos papéis de gênero e do tipo de socialização que determina com que os indivíduos se comportem dessa forma.

Conclusão

A pesquisa analisou a violência doméstica entre mulheres financeiramente independentes na cidade de Maputo. Ao longo do trabalho, compreendeu-se que embora as mulheres tenham independência em termos financeiros e até um nível acadêmico superior em relação aos seus parceiros, estas continuam presas a Amaras sociais decorrentes do processo de socialização que as incute desde tenra idade a se comportar de determinada forma.

O presente trabalho teve como objetivo geral Investigar as razões que levam mulheres financeiramente independentes a permanecerem em relacionamentos abusivos, para o alcance do mesmo traçamos objectivos específicos. Através da combinação teoria entre Berger e Luckmann (1978) e Judith Butler (2018), foi possível chegar analisar os dados colhidos e chegar a conclusão de que: os papéis de género que são incutidos as mulheres (e homens) concorrem para a forma como estes lidam com o fenómeno da violência doméstica.

As mulheres desde muito cedo é lhes ensinado na sociedade moçambicana que devem ser boas esposas e que o casamento trás consigo momentos difíceis mas elas devem saber aguentar. E estes ensinamentos sobre como homens e mulheres devem se comportar são reforçados durante a vida (Butler, 2018; Berger e Luckmann, 1978). A pergunta de partida: Por que é que as mulheres financeiramente independentes sofrem violência doméstica e permanecem em relações conjugais abusivas? Foi respondida com a hipótese segundo a qual defende que apesar da autonomia financeira, as mulheres permanecem em relações conjugais abusivas mantendo o status de Mulher casada devido à pressão social exercida por normas culturais, religiosas ou familiares que valorizam a manutenção da união conjugal e desvalorizam o divórcio ou a separação

Conclui-se que a violência doméstica contra mulheres financeiramente independentes não está ligada apenas à dependência económica, mas sobretudo a fatores culturais e simbólicos sustentados pelo patriarcado. A construção social dos papéis de género continua a reforçar a desigualdade e a submissão feminina no âmbito familiar. O estudo reforça a importância de estratégias de combate à violência que incluam mudanças nas normas sociais, educação para igualdade de género e apoio psicológico às vítimas. Embora a independência financeira seja um avanço, ela não garante, por si só, a libertação

de vínculos abusivos. Assim, mesmo que a independência financeira seja importante, ela não é suficiente para romper com ciclos de violência doméstica. As normas sociais, os papéis de gênero enraizados e a estrutura patriarcal continuam a colocar as mulheres numa posição de vulnerabilidade. É fundamental promover uma mudança cultural, reforçar mecanismos de proteção e incentivar a denúncia como forma de empoderamento. O combate à violência exige, portanto, mais do que autonomia econômica exige transformação social. Deste modo terminamos a nossa pesquisa com uma pergunta: Até quando a educação masculina para o lar?

Guião de entrevista

Secção I

1. Descrever o perfil sociodemográfico dos entrevistados.

- I). Qual é a sua idade?
- II) estado civil?
- III). Qual é o seu nível académico?
- IV). Qual é a sua profissão?
- V). Qual é o seu rendimento mensal?
- VI). Atualmente está em um relacionamento?
- VII). Há quanto tempo está nessa relação?

2. Identificar a maneira como as mulheres financeiramente independentes

Entendem e percebem a violência doméstica.

- I). Para si, o que é violência doméstica?
- II). Quais são os tipos de violência doméstica que conhece?
- III). Já foi vítima de algum tipo de violência doméstica?
- IV). Que tipo de violência doméstica já foi vítima?
- V). Acha que o seu parceiro estava ciente de que estava a praticar violência doméstica?
- VI). Os episódios de violência são /eram recorrentes?

3. Identificar estratégias de resistência e de defesa em relação à violência que

Sofrem.

- I) Qual era a sua reação aos episódios de violência?
- II) Qual era a reação do seu parceiro a sua reação?
- III) A violência acalmava ou agudizava?
- IV) Já procurou ajuda para lidar com a situação? Com quem? E qual foi a resposta.
- V) Já procurou alguma instituição para reportar a situação? Qual é e porquê?

4. Compreender como o Status de mulher casada influencia a permanência de mulheres financeiramente independentes em relações abusivas.

- I) Em algum momento, você já sentiu que sua condição financeira te impediu de sair de um relacionamento abusivo? Se sim, como?

- II) Você acha que a sua condição financeira afetou a forma como as outras pessoas reagiram ao saber da sua situação de violência doméstica (amigos, familiares, ou até serviços de apoio)?
- III) O que te motivou a continuar no relacionamento, mesmo sendo financeiramente independente?
- IV) Em sua opinião, existe algum estigma ou expectativa social para mulheres financeiramente independentes em situações de violência doméstica? Como isso afetou sua decisão de denunciar ou procurar ajuda?

Referência Bibliográfica

ARTHUR, Maria José, MEJIA, Margarida (2006). **Coragem e impunidade**. Maputo: WLSA Moçambique.

ARTHUR, Maria José (2007). **Violência Contra As Mulheres: Entre o Relativismo Cultural e a Lei**, In: ARTHUR M. José (org.) Memórias do Ativismo – Recolha de Textos Publicados No Boletim Outras Vozes, 2002 – 2006. Maputo: WLSA Moçambique.

S/AUTOR, (s/d). **Anger inside intimate relationships**. Encontrado em <http://mentalthelp.net/psyhelp/chap7/chap7i.htm>

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (1985). **A Construção Social da Realidade**. 12ed. Petrópolis: Vozes.

BETTENCOURT, Amy A. (s/d). **Deixando relacionamentos abusivos: um estudo de factores catalizadores**. Encontrado em <http://www-mcnair.berkeley.edu/97journal/bettencourt.html> acedido em 22.10.08

BOURDIEU, Pierre (1989). **O Poder Simbólico**. 4ed. Lisboa: Difel.

CABANAS, Ana Carcedo (2001). **Reflexiones/Violência Contra la Mujer: un problema de poder**. www.isis.cl/temas/vi/reflex17.htm acedido 22.10.08

CAMACHO, Rosalía (2001). **A igualdade em tempos de género**. In: FACIO, Alda (coord.), Declaracion Universal de Derechos Humanos: textos e comentários inusuales. Costa Rica: Ilanud. Pp:131-136.

DANTAS-BERGER, Sónia Maria, GIFFIN, Karen (2005). **A Violência nas Relações de Conjugal idade: invisibilidade e banalização da violência sexual**. www.scielo.org.br/scielo.php?pid=s0102 acedido 22.10.08

S/AUTOR, (2001). **Dossier Violência Contra A Mulher**
http://www.redesaude.org.br/dossies/html/body-vi_panorama.html. acessado 22.10.08

Facio, Alda (1992). **Cuando El Género Suena Cambios Trae**: Una metodologia para análises de género dele fenómeno legal. San José; C.R.: ILANUD.

------(2007).**O Patriarcado e Suas Instituições** In: **Sebenta Género E Direitos Humanos**. Maputo: WLSA Moçambique, vol.2.

FALEIROS, Eva; CAMPOS, Josete (2000). **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes**.
http://www.cecria.org.br/pub/livro_repensando_os_conceitos_eva_publicacoes.rtf.
[http://www.google.com/search?q=cache:7KNWpkPbPW4J:www.cecria.org.br/pub/livr](http://www.google.com/search?q=cache:7KNWpkPbPW4J:www.cecria.org.br/pub/livro_)
o_ _ acessado 22.10.08

FÓRUM MULHER (2004). **A violência Doméstica é Uma Violação dos Direitos Humanos das Mulheres**. In: *outras vozes*, nº 6

------(2006). **Proposta De Lei Contra A Violência Doméstica**.

-----,CENTRO de ESTUDOS AFRICANOS (2001).**Projecto de Investigação Sobre Violência Contra a Mulher**.

FOUCAULT, Michel (1989). **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Lisboa: Relógio de Água.

GARBIN, Cléa et al. (2006). **Violência doméstica**: Análise das lesões em mulheres. In: *caderno de saúde pública*, vol.22, nº 12. Rio de Janeiro.

GUEDES, Rebeca, et al. (2007). **Violência conjugal sob o olhar de género**: dominação e possibilidade de desconstrução do modelo idealizado hegemonicamente de casamento. Vol.6.

HERCOVICH, Inês (s/d). **Violência contra a mulher** – La Violación Sexual: Cuando Consentir es Resistir.

HIERRO, Graciela (1998). **La violencia moral contra las mujeres mayores**. <http://www.laneta.apc.org/cgi-bin/Webx?230@@@.ee6e8a7> acedido 22.10.08

MEJIA, Margarida ARTHUR, Maria José; OSORIO, Conceição (2004). **Não Sofrer Caladas: violência contra mulheres e crianças**. Maputo: WLSA Moçambique.

MEJIA, Margarida ARTHUR, Maria José (2005). **Violência doméstica: a fala dos agressores**. In: ARTHUR M. José (org.) Memórias do Activismo – Recolha de Textos Publicados No Boletim Outras Vozes, 2002 – 2006. Maputo: WLSA Moçambique.

MINISTÉRIO DA MULHER E ACÇÃO SOCIAL (2004). O inquérito sobre a violência contra a mulher. Maputo.

MONTEIRO, Ana Cristina (2007). **Legislação aplicável à resolução de conflitos de violência doméstica**. 3ed. Maputo: WLSA Moçambique.

MULENGA, A (2004). **Introdução a estatística**. Maputo.

NARVAZ, G. Martha, KOLLER, Sílvia H. (2006). **Mulheres Vitimas De Violência Doméstica: compreendendo subjetividades as sujeitadas**. PSICO, Porto Alegre, vol. 37, n.1, pp 7-13. <http://www.google.co.mz/search?hl=pt-PT&q=dependência+financeira%2B+viol%C3Aancia+contra+amulher&btnG=pesquisar&lr=> acedido 22.10.08

OBANDO, Ana Elena (2004). **Humanidades, Derechos y Violencia de Género**. Encontrado – <http://www.whrnet.org/docs/tema-humanidades-0402.html> acedido 22.10.08

OSÓRIO, Conceição (2001). **Poder e violência: homicídio e femicídio em Moçambique**. Maputo: WLSA Moçambique.

PELSER; E. GONDUE, L. et al. (2005). **Intimate Partner Violence** - results from a national gender – based violence study in Malawi. Pretoria www.issafrica.org/index.php?

PINTOS, Bergona Marugan; SOLIS, Cristina Vaga (2001). **Gobernar la violencia: apuntes para un analisis de la rearticulacion del patriarcado.** <http://www.cholonautas.edu.pe/modelo/upload/gobvio.pdf>

------(2001) **El cuerpo contra-puesto, discursos feministas sobre la violència contra as mujeres.** <http://www.cholonautas.edu.pe/modelo/upload/gobvio.pdf>

SAFFIOTI Heleieth I.B. (1980). **Abuso Sexual Pai — Filha,** <http://www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/livros/brasil/pesqui/saffiotti.rtf> acedido 22.10.08

QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van (1998). **Manual de investigação em ciências sociais.** 2ed, Lisboa: Gradiva.

SANPEDRO, Pilar (2004). **El Mito Del Amor y Sus Consequências en los Vínculos de Pareja.** <http://www.hika.net/zenb157/H15728.htm> acedido 23.10.08

SCOTT, Joan (1986). **Género: uma categoria útil para análise histórica.** In: The American Historical Review, 91(5).

STOLCKE, Verena (2003). **Maria, minha ou morta.** In: ARTHUR M. José (org.) Memórias do Ativismo – Recolha de Textos Publicados No Boletim Outras Vozes, 2002 – 2006. Maputo: WLSA Moçambique.